

Log-In Logística Intermodal S.A.

*Demonstrações Financeiras Individuais e
Consolidadas Referentes aos Exercícios
Findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014
e Relatório dos Auditores Independentes*

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 (Em milhares de reais, exceto valores por ação)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Log-In Logística Intermodal S.A., (a “Log-In” ou “Companhia”), é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, 501, s/703, Botafogo, Estado do Rio de Janeiro, e está registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e na bolsa de valores de São Paulo (BM&FBOVESPA).

A Log-In e suas controladas (conjuntamente, “o Grupo”) são uma operadora logística que tem como objeto principal o comércio de serviços marítimo de cabotagem, longo curso (MERCOSUL) e fluvial no transporte de cargas em geral; operar terminais terrestres e portuários. A Companhia oferece soluções integradas (*one stop shop*), para movimentação portuária e transporte de contêineres porta-a-porta, por meio marítimo, complementado pela ponta rodoviária, bem como pela armazenagem de carga através de terminais intermodais terrestres, além de transporte marítimo de granel.

As controladas da Companhia em 31 de dezembro de 2015 são:

Controladas e coligada:	% de participação e de capital votante	Sede da entidade	Atividade principal
TVV-Terminal de Vila Velha S.A.	99,90	Brasil	Portuária e armazenagem
Log-In Mercosur S.R.L.	94,00	(*) Argentina	Apoio portuário
Log-In International GmbH	100,00	Áustria	Logística
Log-In Intermodal Del Uruguay S.A.	100,00	Uruguai	Apoio portuário

(*) Os outros 6% são detidos pela Log-In Intermodal Del Uruguay S.A.

A Companhia possui cinco navios próprios em operação e mais quatro navios em construção junto a estaleiro brasileiro.

A Companhia detém o controle acionário do Terminal de Vila Velha S.A. – TVV, o qual possui o contrato de concessão dos berços 203, 204 e 205 do Cais de Capuaba no porto de Vitória – ES para a exploração portuária, por um período de 25 anos, iniciado em 10 de setembro de 1998, que poderá ser prorrogado, de comum acordo, por prazo igual ao originalmente contratado.

A Companhia avalia periodicamente estratégias para o desenvolvimento de seu negócio. Nesse sentido, ao final de 2014, a Companhia contratou assessoria financeira especializada para avaliação de alternativas estratégicas de negócios. Em linha com o conteúdo dos fatos relevantes divulgados pela Companhia em 26 de fevereiro de 2015 e 21 de maio de 2015, bem como com as respostas da Companhia de 22 de junho de 2015 ao Ofício 2195/2015-SAE e de 8 de outubro de 2015 ao Ofício 3054/2015-SAE, a Companhia está avaliando alternativas estratégicas junto a potenciais investidores, mas não há, no entanto, até a presente data, qualquer desenvolvimento, incluindo a negociação ou celebração de acordo, que confira segurança quanto à conclusão de uma transação com qualquer investidor.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentava capital circulante líquido negativo de R\$1.410.333 e R\$1.400.558, consolidado e controladora, respectivamente. Parcela significativa do capital circulante líquido negativo da Companhia decorre da reclassificação para o curto prazo de parcelas vincendas de financiamentos e empréstimos de longo prazo, em atendimento as diretrizes do Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação de Demonstrações Financeiras (“CPC 26”), no que se refere ao não atendimento de cláusulas restritivas constantes no contrato de financiamento celebrado junto ao Banco Nacional de

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, e no Aditativo nº 1 ao referido contrato (Nota 13.1).

A Administração da Companhia, tendo em vistas as ações em curso, avalia que não será declarado o vencimento antecipado dos financiamentos junto ao BNDES pelo não cumprimento de determinadas cláusulas restritivas (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ISCD) e Índice de Capitalização).

Neste sentido a Administração destaca os seguintes fatos precedentes:

(i) em 30 de setembro de 2015 foi concluído e formalizado o aditamento ao contrato de financiamento que reescalou e postergou o vencimento do montante aproximado de R\$ 300.000 originalmente previsto de outubro de 2015 até dezembro de 2018, para o período compreendido entre 2019 e 2034; (ii) entre outubro e dezembro de 2015, BNDES efetuou liberações de recursos no montante total de R\$23.831, referentes às linhas de crédito anteriormente contratadas entre a Log-In e aquela instituição. Em fevereiro de 2016 o BNDES efetuou novas liberações de recursos no montante total de R\$10.271, referentes às linhas de crédito anteriormente contratadas entre a Log-in e aquela instituição; (iii) entre janeiro e março de 2016, a Companhia manteve seu fluxo e valor de amortização de empréstimos conforme previstos nos contratos em vigor com o BNDES; e (iv) em 16 de fevereiro de 2016 a Administração divulgou Fato Relevante ao mercado indicando que a Companhia contratou assessor financeiro, que deu início a um processo de renegociação de suas dívidas e, em 22 de janeiro de 2016, a Companhia celebrou um “Compromisso de Inação e Outras Avenças (*Standstill Agreement*)” com o Itaú Unibanco S.A., o Banco Santander (Brasil) S.A., o HSBC Bank Brasil – Banco Múltiplo S.A. e o Banco do Brasil S.A., instituições financeiras credoras da Log-In e do TVV de dívidas a curto prazo.

Até a data de conclusão destas demonstrações financeiras a Administração da Companhia não havia recebido nenhuma comunicação do BNDES indicando a declaração de vencimento antecipado de sua dívida. A Companhia está em processo de negociação para obtenção de anuência (*waiver*) do BNDES pelo descumprimento dos índices de Cobertura de Serviço de Dívida e de Capitalização e tendo em vista as discussões em andamento a Administração espera ter a anuência do banco ainda no primeiro trimestre de 2016. Em se obtendo a anuência do BNDES a Log-in reclassificará o referido financiamento para o passivo não circulante, melhor refletindo a expectativa da Administração e o cronograma provável de desembolsos relacionados ao fluxo de pagamento destas obrigações (Nota 13).

A Log-In, visando o fortalecimento de suas operações, também tem atuado na negociação da reestruturação de seu endividamento junto às demais instituições financeiras, não havendo, nesta data, obrigações vencidas. A Administração espera concluir as negociações ainda no primeiro trimestre de 2016.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em reunião de 17 de março de 2016.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia são as seguintes:

2.1. Base de preparação

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, pela Companhia.

a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

b) Demonstrações financeiras individuais da controladora

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). Até 31 de dezembro de 2013, essas práticas diferiam do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação de investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício.

2.2. Consolidação

Incluem na elaboração da consolidação as operações da Companhia e das suas empresas controladas (Nota 1).

a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

b) Transações com participações de não controladores

A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Conversão de moeda estrangeira

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em "R\$", que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado na rubrica "Variações monetárias e cambiais" no Resultado financeiro.

c) Empresas do Grupo com moeda funcional diferente

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades da Companhia (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.
- ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio média mensal a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações.
- iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de acumulados de conversão".

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa abordo de embarcações, fundo rotativo, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

3.3 Ativos financeiros

3.3.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

a) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Caixa e equivalentes de caixa", "Contas a receber de clientes e de partes relacionadas", "Fundo da Marinha Mercante – AFRMM" e "Seguros a receber".

c) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui derivativos com operações de *bunker* e *swap*, conforme reportado na Nota 22.

3.3.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente,

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no Resultado Financeiro.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.3.3 *Impairment* de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

.mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;

.condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito

futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

3.3 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. O Grupo não adota a contabilidade de *hedge accounting*.

Os valores justos dos vários instrumentos derivativos usados para fins de *hedge* estão divulgados na Nota 22.4. O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for superior a doze meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for inferior a doze meses. Os derivativos de negociação são classificados como ativo ou passivo circulante.

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização do *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas) líquidos", quando for o caso.

3.5 Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*).

3.6 Adiantamentos a fornecedores e agentes multimodais, e de credores por adiantamento

Adiantamentos a fornecedores e agentes multimodais representam os valores a receber decorrentes dos adiantamentos e encontros de contas, no atendimento das embarcações e do modal rodoviário em operação pela Companhia, para posterior liquidação. Credores por adiantamento representam os valores recebidos pela Companhia, pagos pelos clientes por força contratual, a título de antecipação de serviços de transportes ainda não realizados. São incluídos também nessa rubrica os adiantamentos efetuados a agentes relativos à prestação de serviços portuários e rodoviários da Companhia.

3.7 Estoques

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

Os estoques representam os combustíveis a bordo das embarcações e materiais de consumo aplicado na prestação das atividades operacionais da Companhia. São avaliados pelo custo médio de aquisição, que não ultrapassa o seu valor líquido realizável.

3.8 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, e os encargos relativos aos financiamentos para construção de embarcações são capitalizados durante o período de construção das respectivas embarcações, ajustados pelo efeito da aplicação do CPC 20 (R1) – Custos de empréstimos, quando for o caso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, e quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Os custos de reparos e manutenções, exceto de docagem que são capitalizados e amortizados em cinco anos, são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. A depreciação do ativo imobilizado é realizada pela vida útil estimada de cada bem, sendo utilizadas as taxas de depreciação relacionadas abaixo:

Descrição	Taxa anual de depreciação	Vida útil estimada (ano)
Embarcações (navios)	5%	20
Edificações e instalações	2% a 10%	10
Máquinas e equipamentos	7%	10 - 15
Móveis e utensílios e benfeitorias em imóveis locados de terceiros	10%	10
Equipamentos de processamentos de dados veículos, benfeitorias em embarcações próprias e de terceiros e outros bens	20%	5

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

3.9 Intangível

No ativo intangível são registrados os gastos com aquisição de softwares e marcas e patentes registrados ao custo, deduzidos das amortizações acumuladas e perda por redução ao valor recuperável quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Descrição	Taxa anual de depreciação	Vida útil estimada (ano)
Softwares	20%	5
Concessões portuárias	4%	25

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

As concessões de serviço público, decorrente do contrato de exploração portuária da controlada TVV são registradas como intangível. As amortizações são reconhecidas pelo método linear no resultado baseando-se no prazo de concessão conforme estipulado em contrato.

3.10 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

3.11 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades da Companhia atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda diferido é reconhecido sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

3.12 Contas a pagar a fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, quando aplicável.

3.13 Provisões operacionais

As provisões referem-se às estimativas de gastos operacionais, compostas basicamente por provisões para custos portuários (navegação), rodoviários e outros gastos operacionais, bem como para gastos extraordinários com desmobilização de ativos.

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

3.14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.15 Plano complementar de aposentadoria – Plano misto benefício VALE MAIS

A Companhia proporciona a seus empregados benefícios que englobam plano de previdência privada com contribuição definida administrado pela Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social-VALIA. No plano de contribuição definida a Companhia faz contribuições fixas à VALIA e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com serviço do empregado no período corrente e anterior.

3.16 Remuneração com base em ações da Companhia

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

Os planos de remuneração baseado em ações para empregados da Companhia são mensurados periodicamente pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio. O prêmio é pago em dinheiro, ao final de três anos, quando atingido alguns critérios e metas, de acordo com os referidos planos. A Companhia constitui o passivo de seus planos à medida que os serviços são prestados pelos empregados elegíveis (*vest period*). As obrigações do plano são registradas no passivo não circulante em contrapartida ao resultado.

3.17 Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM

O benefício do AFRMM aplicável às empresas de navegação marítima encontra-se descrito na Nota nº 5. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita subvencionada na demonstração do resultado, a contrapartida do benefício registrado no ativo é registrada em conta específica do passivo da Companhia.

O benefício do AFRMM é reconhecido no ativo e passivo circulantes quando da liberação para a conta vinculada dos recursos a receber do Fundo da Marinha Mercante-FMM, bem como os valores a receber do FMM referentes às amortizações de financiamentos efetuados com recursos próprios da Companhia.

Os valores de AFRMM registrados no passivo são reconhecidos no resultado quando da amortização dos financiamentos à medida que ocorre o cumprimento das obrigações previstas na legislação específica (Nota 13). Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os valores aplicados foram utilizados para a amortização de parcelas de financiamentos obtidos junto FMM para a aquisição de embarcações.

3.18 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando alguma empresa do Grupo compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

3.19 Receitas com prestação de serviços intermodais

As receitas com prestações de serviços intermodais são mensuradas pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos e outras deduções, quando aplicável, e reconhecidas no resultado em conformidade com a respectiva prestação de serviços. As receitas provenientes de transporte marítimo de carga geral (graneleiro) são reconhecidas no resultado quando do encerramento de cada viagem, bem como os custos correspondentes.

3.20 Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável,

que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

3.21 Arrendamentos

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais (aluguel de embarcações) e, nesse caso, os bens não são ativados. A despesa de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento em questão.

3.22 Informações por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais.

A atividade empresarial (segmento) da Companhia é centrada em logística intermodal.

Com vistas a proporcionar a intermodalidade aos clientes (solução de transporte porta-a-porta), a Companhia disponibiliza serviços de transportes marítimos, rodoviários de curta distância, terminais terrestres, terminais portuários e armazenagem.

Os ativos da Companhia atuam de forma integrada, sendo seus resultados interligados e interdependentes. A Administração da Companhia tem como base para tomada de decisões a intermodalidade dos seus serviços, considerando como um único segmento.

3.23 Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, como parte das demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

3.24 Normas novas, alterações e interpretações de normas

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

.IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A

principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.

.IFRS 14 – “Contas regulatórias diferidas” é uma norma opcional que permite a uma entidade cujas atividades estão sujeitas a regulação de tarifas continuar aplicando a maior parte de suas políticas contábeis para saldos de contas regulatórias diferidas no momento da primeira adoção das IFRS. As entidades que adotam a IFRS 14 devem apresentar contas regulatórias diferidas como rubricas em separado no balanço patrimonial e apresentar movimentações nesses saldos contábeis como rubricas em separado no balanço patrimonial e outros resultados abrangentes. A norma exige divulgações sobre a natureza e os riscos associados com a regulação de tarifas da entidade e os efeitos dessa regulação sobre as demonstrações financeiras. A IFRS 14 está em vigor para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data. Essa norma não seria aplicável, pois o Grupo elabora suas demonstrações financeiras com base nas IFRS em vigência.

.IFRS 15 – “Receita de contratos com clientes”, em maio de 2014, o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 15. De acordo com este pronunciamento, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de mercadorias ou serviços a um cliente. Os princípios na IFRS 15 contemplam uma abordagem mais estruturada para mensurar e reconhecer receita, cuja adoção e aplicação é exigida para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2017. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 15 e não espera ter impactos na adoção desta norma em suas demonstrações financeiras.

.IFRS 19 – “Planos de Benefícios Definidos: Contribuições por parte do Empregado” – a IAS 19 exige que uma entidade considere contribuições por empregados ou terceiros ao contabilizar planos de benefícios definidos. Sempre que as contribuições estiverem ligadas a serviços, devem ser atribuídas a períodos de serviços como um benefício negativo. Essas alterações esclarecem que, se o valor das contribuições for independente da quantidade de anos de serviço, permite-se que uma entidade reconheça essas contribuições como redução no custo de serviço no período em que o serviço é prestado, em vez de alocar as contribuições aos períodos de serviço. Essa alteração está em vigor para períodos anuais que se iniciam em 1º de julho de 2014 ou após essa data. Não se espera que essa alteração seja pertinente ao Grupo, uma vez que nenhuma das entidades no Grupo possui planos de benefício definido com contribuições feitas por empregados ou terceiros.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

4. JULGAMENTOS CRÍTICOS NA APLICAÇÃO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada período de relatório:

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

4.1 Vida útil dos bens do imobilizado

Conforme descrito na nota explicativa nº 3.8, a Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada período de relatório. Durante o período corrente, a Administração estabeleceu que a vida útil de suas embarcações próprias se mantém inalterada, em decorrência da atual idade das mesmas, das perspectivas de suas operacionalidades normais e da manutenção das mesmas até o fim da vida útil atual estimada, que é de vinte anos.

4.2 Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

É definida com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada provável. Essa avaliação é efetuada pela Administração, suportada pelo julgamento dos seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

4.3 Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável (impairment). Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda e, se houver essa avaliação, será feita com menor periodicidade, dentro de cada período.

4.4 Estimativas do valor justo

O Grupo aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- . Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- . Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
- . inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

5. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL ÀS COMPANHIAS DE NAVEGAÇÃO

O AFRMM é um benefício disponível para todas as empresas brasileiras de navegação, que operam com embarcação própria ou fretada, e é regulamentado pela Lei nº 10.893/2004 e demais legislações específicas aplicáveis ao setor.

A Companhia recebe integralmente a taxa adicional de 10% sobre o valor do frete de cabotagem de seus clientes via Fundo da Marinha Mercante em função de cada transporte que realiza. Esses recursos são restritos e podem ser utilizados, exclusivamente, na construção, docagem, reparos, manutenção das embarcações e amortização de financiamentos concedidos para aquisição de embarcações. As parcelas do AFRMM são registradas em contas específicas do ativo em contra partida do passivo, no longo prazo, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado.

Os valores de AFRMM registrados no passivo são reconhecidos no resultado, à medida em que cumulativamente ocorrem (i) a prestação de serviço de navegação (cabotagem, fluvial e lacustre) executados com embarcação própria ou afretada de registro brasileiro e (ii) os recursos tenham sido aplicados pela Companhia conforme as condições descritas no parágrafo

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

anterior e registrados pelo Fundo da Marinha Mercante. Esses valores são confrontados com os valores das amortizações de financiamentos obtidos junto ao FMM, e quando aplicável, aos custos e despesas de docagem, correspondentes à geração do incentivo.

No exercício de 2015 e de 2014, a Companhia reconheceu os benefícios do AFRMM quando da amortização de financiamentos vinculados à construção de embarcações, na rubrica na “Recursos com subvenção-AFRMM aplicados” no grupo receitas (despesas) operacionais no montante de R\$35.208 (R\$91.646 em 2014) aplicados pela Companhia na amortização de financiamentos junto ao FMM, registrados na rubrica “Recursos com subvenção-AFRMM aplicados” no grupo receitas (despesas) operacionais. Os incentivos gerados que ainda não foram liberados pelo FMM montam R\$179.695 em 2015 (R\$167.791 em 2014), dos quais R\$179.695 (R\$167.791 em 2014) já foram aplicados pela Companhia na amortização de financiamentos junto ao FMM.

O quadro abaixo apresenta a posição da Companhia referente aos recursos junto AFRMM.

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Ativo Circulante - Recursos a receber AFRMM por financiamentos amortizados (*)	179.695	167.791	179.695	167.791
Ativo Circulante - Fundo da Marinha Mercante-AFRMM a aplicar	121	350	121	350
	<u>179.816</u>	<u>168.141</u>	<u>179.816</u>	<u>168.141</u>
Passivo Circulante - Fundo da Marinha Mercante-AFRMM a aplicar	-	350	-	350
Ativo Não Circulante - Fundo da Marinha Mercante-AFRMM a aplicar	-	-	-	-
Passivo Não Circulante - Fundo da Marinha Mercante-AFRMM a aplicar	-	-	-	-
Demonstração do resultado:	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Receitas (despesas) operacionais:				
.Recursos com subvenção-AFRMM aplicados	<u>35.208</u>	<u>91.646</u>	<u>35.208</u>	<u>91.646</u>

(*) Montante a receber do FMM/AFRMM aplicado na amortização, com recursos próprios, de financiamentos obtidos para aquisição de embarcações.

A movimentação dos recursos oriundos do AFRMM registrados pela Companhia nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 está assim demonstrada:

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

DESCRIÇÃO	Saldo em 31.12.2014	Movimentação no período							Saldo em 31.12.2015
		Adições	Liberações	Remuneração	Aplicações	Transferência p/C.Corrente	Transferência de Longo Prazo	Comissões BIMDES	
Valores (créditos) a liberar pelo FMM	167.791	35.208	(23.156)	-	-	-	(148)	-	179.695
Valores liberados a aplicar (saldo)	350	-	23.156	50	-	(23.203)	-	(232)	121
	<u>168.141</u>	<u>35.208</u>	<u>-</u>	<u>50</u>	<u>-</u>	<u>(23.203)</u>	<u>(148)</u>	<u>(232)</u>	<u>179.816</u>
MOVIMENTAÇÃO NO BALANÇO:									
ATIVO:									
ATIVO CIRCULANTE									
.Fundo da Marinha Mercante-AFRMM									
.Parcelas liberadas (saldo)	350	-	23.156	50	-	(23.203)	-	(232)	121
.Parcelas a liberar (créditos)	167.791	-	-	-	35.208	-	(23.304)	-	179.695
	<u>168.141</u>	<u>-</u>	<u>23.156</u>	<u>50</u>	<u>35.208</u>	<u>(23.203)</u>	<u>(23.304)</u>	<u>(232)</u>	<u>179.816</u>
ATIVO NÃO CIRCULANTE									
.Fundo da Marinha Mercante-AFRMM									
.Parcelas a liberar (saldo)	-	35.208	(23.156)	-	(35.208)	-	23.156	-	-
	<u>-</u>	<u>35.208</u>	<u>(23.156)</u>	<u>-</u>	<u>(35.208)</u>	<u>-</u>	<u>23.156</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>168.141</u>	<u>35.208</u>	<u>-</u>	<u>50</u>	<u>-</u>	<u>(23.203)</u>	<u>(148)</u>	<u>(232)</u>	<u>179.816</u>
PASSIVO:									
PASSIVO CIRCULANTE									
.Fundo da Marinha Mercante-AFRMM									
.Parcelas liberadas (saldo)	350	-	23.156	50	-	(23.203)	-	(232)	121
	<u>350</u>	<u>-</u>	<u>23.156</u>	<u>50</u>	<u>-</u>	<u>(23.203)</u>	<u>-</u>	<u>(232)</u>	<u>121</u>
PASSIVO NÃO CIRCULANTE									
.Parcelas a liberar (saldo)	-	35.208	(23.156)	-	(35.208)	-	23.156	-	-
	<u>-</u>	<u>35.208</u>	<u>(23.156)</u>	<u>-</u>	<u>(35.208)</u>	<u>-</u>	<u>23.156</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>350</u>	<u>35.208</u>	<u>-</u>	<u>50</u>	<u>(35.208)</u>	<u>(23.203)</u>	<u>23.156</u>	<u>(232)</u>	<u>121</u>
MOVIMENTAÇÃO NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO:									
Receitas (despesas) operacionais:									
.Recursos com subvenção-AFRMM aplicados	-	-	-	-	35.208	-	-	-	35.208

Nos termos do item III do artigo 18 da Lei nº 11.941/2009, combinado com o artigo 195-A da Lei 6.404/2006, alterada pela Lei 11.648/2007, o montante das subvenções para investimento-AFRMM, concedidas pelo Poder Público como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos (no caso da Companhia: construção de embarcações com recursos do FMM) não estão sujeitos a tributação, devendo ser mantido em conta de reservas de lucros, apurada até o limite do lucro líquido do exercício (Nota 17). O valor apropriado em reservas de lucros será tributado na forma do lucro real caso seja dada destinação diversa da prevista na legislação (capitalização, manutenção em reservas para investimentos).

O saldo remanescente das subvenções que não for mantido em reservas de lucros em face da limitação do lucro líquido apurado no exercício, esse deverá ocorrer nos exercícios subsequentes.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As aplicações financeiras podem, a qualquer momento, ser resgatadas antecipadamente, a critério da Companhia, sem perda de principal e juros auferidos até a data do resgate. Todas as aplicações financeiras estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa da Companhia estão assim compostos:

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Caixa e bancos	13.508	9.319	6.838	720
Aplicações vinculadas a CDI	12.090	6.041	11.815	6.022
	<u>25.598</u>	<u>15.360</u>	<u>18.653</u>	<u>6.742</u>

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Contas a receber de clientes	162.478	187.403	136.399	162.997
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(16.014)	(18.694)	(10.839)	(14.140)
	<u>146.464</u>	<u>168.709</u>	<u>125.560</u>	<u>148.857</u>

Os valores componentes de contas a receber têm o seguinte prazo de recebimento (*aging list*):

Aging do contas a receber:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Valores a vencer	128.840	153.826	109.992	138.935
Valores vencidos:				
De 0 a 30 dias	10.000	8.874	9.735	4.916
De 31 a 90 dias	5.275	2.801	4.365	2.758
De 91 a 180 dias	2.349	3.208	1.468	2.248
De 181 a 360 dias	1.299	3.674	803	3.134
Acima de 360 dias	14.715	15.020	10.036	11.006
	<u>162.478</u>	<u>187.403</u>	<u>136.399</u>	<u>162.997</u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos. A Companhia não possui garantias para esses créditos. Com base na experiência histórica da Companhia, classificamos como crédito de liquidação duvidosa principalmente os créditos vencidos há mais de 180 dias.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) teve a seguinte movimentação:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Saldos iniciais	(18.694)	(14.363)	(14.140)	(11.413)
Adições	(605)	(4.749)	1.102	(3.086)
Baixas em contas a receber	3.285	418	2.198	359
Saldos finais	<u>(16.014)</u>	<u>(18.694)</u>	<u>(10.840)</u>	<u>(14.140)</u>

Contas a receber de clientes – não circulante: refere-se a montante de R\$15.399 (R\$11.194, em 2014) classificado no não circulante, refere-se a créditos a receber, registrados pela controlada TVV junto à VALE com obrigações contingenciais (vide Nota 16), amparado por interpretação jurídica do Acordo de Indenização firmado em 23 de março de 2007 com a VALE S.A. pela Log-In Logística Intermodal S.A. e suas controladas, anteriormente classificadas como “partes relacionadas”, que foram reclassificados para rubrica Contas a receber de clientes, em face de a VALE não ser mais considerada parte relacionada, pela alienação de sua participação na Log-In no final do exercício de 2013.

8. PARTES RELACIONADAS

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

As principais transações da Companhia com partes relacionadas são oriundas de prestação de serviços com empresas controladas e ligadas relacionadas na nota explicativa nº 11, cujas transações seguem condições e preços praticados no mercado, bem como com empresa acionista e suas empresas ligadas, e de operações de empréstimos de mútuo. As transações com partes relacionadas são compostas como segue:

	Consolidado			
	31.12.2015		31.12.2014	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Terminal de Vila Velha S.A.-TVV (a, b)	-	-	-	-
Log-In Mercosur (a)	-	-	-	-
Log-In Logistics GmbH (a)	-	-	-	-
Log-In Uruguay (a)	-	-	-	-
Outras (a)	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	Controladora			
	31.12.2015		31.12.2014	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Terminal de Vila Velha S.A.-TVV (a, b)	4.546	23.486	3.428	27.857
Log-In Mercosur (a)	3.824	4.576	979	2.772
Log-In Logistics GmbH (a)	-	6.049	-	203
Log-In Uruguay (a)	-	89	161	8
	<u>8.370</u>	<u>34.200</u>	<u>4.568</u>	<u>30.840</u>
	<u>8.370</u>	<u>34.200</u>	<u>4.568</u>	<u>30.840</u>

Representados por:

	Consolidado			
	31.12.2015		31.12.2014	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Partes relacionadas - Circulante	-	-	-	-
Partes relacionadas - Não Circulante (b)	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	Controladora			
	31.12.2015		31.12.2014	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Partes relacionadas - Circulante	8.370	14.460	4.568	3.848
Partes relacionadas - Não Circulante (b)	-	19.740	-	26.992
	<u>8.370</u>	<u>34.200</u>	<u>4.568</u>	<u>30.840</u>
	<u>8.370</u>	<u>34.200</u>	<u>4.568</u>	<u>30.840</u>

Notas:

- (a) Referem-se apenas a valores a receber e a pagar relativos às operações e transações comerciais das empresas do grupo Log-In.

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

- (b) O montante de R\$19.740 (montante de R\$26.992 em 31 de dezembro de 2014) refere-se à operação de empréstimo de mútuo tomado junto à controlada TVV-Terminal de Vila Velha S.A., com encargos equivalentes a 104% do CDI.

As operações comerciais realizadas com partes relacionadas totalizam os montantes discriminados abaixo:

	Consolidado				Controladora			
	31.12.2015		31.12.2014		31.12.2015		31.12.2014	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa	Receita	Despesa	Receita	Despesa
Log-In International GMBH	-	-	-	-	-	5.637	-	2.153
Terminal de Vila Velha S.A -TVV	-	-	-	-	-	7.729	-	5.524
Log-In Uruguay	-	-	-	-	-	-	-	58
Log-In Mercosur	-	-	-	-	-	2.066	-	1.997
	-	-	-	-	-	15.432	-	9.732

Representados por:

	Consolidado				Controladora			
	31.12.2015		31.12.2014		31.12.2015		31.12.2014	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa	Receita	Despesa	Receita	Despesa
Fretes	-	-	-	-	-	5.637	-	2.153
Serviços	-	-	-	-	-	5.687	-	4.087
Receita/despesas financeiras	-	-	-	-	-	4.108	-	3.492
	-	-	-	-	-	15.432	-	9.732

A remuneração do pessoal-chave da Administração em 2015 totaliza R\$18.392 na controladora e R\$20.354 no consolidado (em 2014 - remuneração de R\$15.490 na controladora e R\$17.178 no consolidado), relativo a benefícios de curto e longo prazos, conforme abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Benefícios:				
Remuneração	19.209	16.145	17.259	14.467
Plano de compra de ações	1.145	1.033	1.133	1.023
	20.354	17.178	18.392	15.490

Pessoal-chave: Conselheiros, Diretores Estatutários, Diretores e Gerentes.

9. TRIBUTOS A RECUPERAR OU COMPENSAR

	Consolidado		Circulante	
	Controladora		Controladora	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
IRRF sobre aplicações financeiras e terceiros	1.578	176	-	-
Imposto e renda e contribuição social - antecipação	3.263	-	-	-
PIS e COFINS a recuperar ou compensar	23.698	29.667	13.599	10.209
INSS a recuperar ou compensar	8.686	4.894	5.922	2.102
FUNDAF a recuperar	5.799	-	-	-
ISS a recuperar ou compensar	-	42	-	42
ICMS a recuperar ou compensar	1.810	4.354	1.556	3.326
Outros	170	16	11	11
	45.004	39.149	21.088	15.690

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

	Não circulante			
	Consolidado		Controladora	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Tributos a recuperar (IRRF sobre aplicações financeiras e terceiros)	6.048	5.894	6.048	5.894

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e de contribuição social que afetaram o resultado do exercício são demonstrados como segue:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(343.581)	(38.828)	(350.237)	(61.241)
Crédito (despesas) de imposto de renda e de contribuição social calculados à alíquota efetiva (34%)	116.818	13.202	119.081	20.822
Ajustes (efeito de 34%):				
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	5.021	13.305
Receitas subvencionadas (AFRMM aplicado)	11.971	31.160	11.971	31.160
Resultado de subsidiárias no exterior	4	(1.220)	-	-
Despesa de imposto de renda de subsidiária no exterior	(1.076)	(732)	-	-
Lucro disponibilizado de controlada no exterior	(769)	(732)	(769)	(732)
Receita (despesa) de juros sobre o capital próprio pagos	2	1	(1.702)	(1.117)
Provisão para perdas créditos fiscais imposto de renda e csll	(157.150)	(86.155)	(157.150)	(86.155)
Diferenças permanentes	(1.504)	(885)	(1.517)	(276)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(31.704)	(45.361)	(25.065)	(22.993)

O saldo do ativo diferido é composto conforme descrito no quadro abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Sobre prejuízos fiscais	113.043	113.043	113.043	113.043
Sobre base negativa de contribuição social	44.997	44.997	44.997	44.997
	158.040	158.040	158.040	158.040
Sobre diferenças temporárias	(22.118)	2.614	(29.110)	(4.044)
	135.922	160.654	128.930	153.996

A Administração entende que a Companhia está em fase de reestruturação operacional, se enquadrando no parágrafo único do Art. 2º da Instrução CVM nº 371/2002, tendo em vista que está substituindo os antigos navios próprios e afretados por novos navios, sendo cinco novos navios porta-contêiner e dois novos navios graneleiros. A realização desse ativo fiscal diferido está fundamentada em Estudo Técnico, que apresenta expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, que permitem a utilização desse ativo fiscal diferido no prazo máximo de dez anos. Para os créditos fiscais de imposto de renda pessoa jurídica e de contribuição social sobre o lucro líquido diferidos apurados no exercício, no montante de R\$157.150 (montante de R\$86.155 apurados no exercício de 2014), foram constituídos provisões correspondentes aos referidos montantes para eventuais perdas que possam ocorrer em suas realizações.

As principais premissas do Estudo Técnico são:

a) A aquisição dos sete navios de grande porte citados anteriormente, sendo que três já estão concluídos e em operação, e quatro com previsão de conclusão da construção até 2015/2017, que substituirão a atual frota de embarcações; e

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

b) Os novos navios incrementarão a receita e proporcionarão redução dos custos e das despesas operacionais, em função da sua modernidade e de sua grande capacidade de transporte, tornando-se possível maior diluição dos custos fixos.

A realização desses créditos fiscais diferidos tem expectativa até o exercício de 2026, conforme detalhado no quadro abaixo.

Ano	Consolidado 31.12.2015			Controladora 31.12.2015		
	Prejuízo fiscal	Diferenças temporárias	Total	Prejuízo fiscal	Diferenças temporárias	Total
2016	-	26.813	26.813	-	24.762	24.762
2017	-	(5.693)	(5.693)	-	(5.693)	(5.693)
2018	2.734	(8.299)	(5.565)	2.734	(8.299)	(5.565)
2019	13.638	(8.299)	5.339	13.638	(8.299)	5.339
2020	14.756	7.654	22.410	14.756	2.713	17.469
2021	20.948	(8.299)	12.649	20.948	(8.299)	12.649
2022	25.714	(8.299)	17.415	25.714	(8.299)	17.415
2023	30.080	(8.299)	21.781	30.080	(8.299)	21.781
2024	36.616	(7.597)	29.019	36.616	(7.597)	29.019
2025	13.554	(3.048)	10.506	13.554	(3.048)	10.506
2026	-	1.248	1.248	-	1.248	1.248
	158.040	(22.118)	135.922	158.040	(29.110)	128.930

Ano	Consolidado 31.12.2014			Controladora 31.12.2014		
	Prejuízo fiscal	Diferenças temporárias	Total	Prejuízo fiscal	Diferenças temporárias	Total
2016	-	43.674	43.674	-	39.388	39.388
2017	-	1.294	(1.294)	-	(1.078)	(1.078)
2018	2.734	(6.661)	(3.927)	2.734	(6.661)	(3.927)
2019	13.638	(8.897)	4.741	13.638	(8.897)	4.741
2020	14.756	(8.897)	5.859	14.756	(8.897)	5.859
2021	20.948	(8.897)	12.051	20.948	(8.897)	12.051
2022	25.714	(8.897)	16.817	25.714	(8.897)	16.817
2023	30.080	(105)	29.975	30.080	(105)	29.975
2025	36.616	-	36.616	36.616	-	36.616
2025	13.554	-	13.554	13.554	-	13.554
	158.040	2.614	160.654	158.040	(4.044)	153.996

Os créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos tem a seguinte composição e movimentação.

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

Composição em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Provisão imposto de renda e contribuição social diferidos sobre depreciação acelerada não contabilizada-embarcações	(73.173)	(46.481)	(73.173)	(46.481)
Provisões operacionais	40.571	37.607	38.557	34.870
Provisão para crédito de liquida duvidosa-PCLD	5.155	6.067	3.395	4.518
Provisões para riscos judiciais (trabalhistas, cíveis e tributários)	5.280	4.997	2.062	2.625
Benefícios baseados em ações com pagamento em dinheiro	49	424	49	424
Prejuízo fiscal a compensar:				
Imposto de renda pessoa jurídica	113.043	113.043	113.043	113.043
Contribuição social sobre o lucro líquido-base negativa	44.997	44.997	44.997	44.997
	<u>135.922</u>	<u>160.654</u>	<u>128.930</u>	<u>153.996</u>

Movimentação em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Saldos iniciais	160.654	186.261	153.996	176.989
Provisão imposto de renda e contribuição social diferidos sobre depreciação acelerada não contabilizada-embarcações	(26.692)	(26.692)	(26.692)	(26.692)
Provisões operacionais	2.964	(807)	3.687	453
Provisão para crédito de liquida duvidosa-PCLD	(912)	1.473	(1.123)	927
Provisões para riscos judiciais (trabalhistas, cíveis e tributários)	283	269	(563)	2.169
Benefícios baseados em ações com pagamento em dinheiro	(375)	150	(375)	150
Prejuízo fiscal a compensar:				
Imposto de renda pessoa jurídica	-	-	-	-
Contribuição social sobre o lucro líquido-base negativa	-	-	-	-
Saldos finais	<u>135.922</u>	<u>160.654</u>	<u>128.930</u>	<u>153.996</u>

Efeitos da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, com mudanças relevantes nas regras tributárias federais:

Os dispositivos dessa lei entraram em vigor a partir do exercício de 2015. A Administração da Companhia optou pela adoção antecipada da lei acima mencionada, no exercício de 2014, em conformidade com os procedimentos normatizados para essa adoção, garantindo assim a utilização do patrimônio líquido mensurado de acordo com as disposições da Lei nº 6.404, de 1976, para fins do cálculo do limite de apuração dos juros sobre o capital próprio, conforme previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249, de 1995.

11. INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES CONTROLADAS

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

	SOCIDADES CONTROLADAS					OUTROS	
	Controladas no exterior						
	Log-In International GmbH	Log-In Mercosul	Log-In Uruguay S.A.	Log.Star Navegação S.A. (a)	Terminal de Vila Velha S.A.	CONTRO- LADORA	CONSOLI- DADO
Saldos em 31 de dezembro de 2013	138.124	2.039	576	-	84.113	224.857	5
Resultado de equivalência patrimonial	(4.399)	1.032	(27)	-	37.602	34.208	-
Dividendos e JCP propostos e distribuídos	-	(1.633)	-	-	(12.354)	(13.987)	-
Ajustes acumulados de conversão (variação cambial)	-	(185)	(70)	-	-	(255)	-
Redução de Capital	(6.404)	-	-	-	-	(6.404)	-
Investimentos em empresas controladas	127.321	1.253	479	-	109.361	238.414	-
Outros investimentos	-	-	-	-	-	5	5
Saldos em 30 de setembro de 2014	127.321	1.253	479	-	109.361	238.419	5
Resultado de equivalência patrimonial	(1.338)	443	(126)	-	5.946	4.925	-
Ajustes acumulados de conversão (variação cambial)	-	10	57	-	-	67	-
Dividendos e JCP propostos e recebidos	-	-	-	-	(12.207)	(12.207)	-
Investimentos em empresas controladas	125.983	1.706	410	-	103.100	231.199	-
Outros investimentos	-	-	-	-	-	5	5
Saldos em 31 de dezembro de 2014	125.983	1.706	410	-	103.100	231.204	5
Resultado de equivalência patrimonial	(2.399)	1.223	30	-	15.913	14.767	-
Redução de Capital	(5.634)	-	-	-	-	(5.634)	-
Dividendos e JCP propostos e recebidos	-	(1.477)	-	-	(38.665)	(40.142)	-
Ajustes acumulados de conversão (variação cambial)	-	(18)	137	-	-	119	-
Investimentos em empresas controladas	117.950	1.434	577	-	80.348	200.309	-
Outros investimentos	-	-	-	-	-	5	5
Saldos em 31 de dezembro de 2015	117.950	1.434	577	-	80.348	200.314	5
Capital social em:							
31.12.2015	313.202	378	356	19.158	48.894		
31.12.2014	136.836	378	356	19.158	48.894		
Patrimônio líquido em:							
31.12.2015	117.950	1.526	577	(21.674)	80.431		
31.12.2014	125.983	1.815	410	(21.637)	103.207		
Lucro líquido (prejuízo) em:							
31.12.2015	(2.399)	1.301	30	-	15.929		
31.12.2014	(5.737)	1.570	(153)	-	43.593		
Percentual de participação em 31.12.2015	100%	94%	100 %	17,23 %	99,90 %		
Percentual de participação em 31.12.2014	100%	94%	100 %	17,23 %	99,90 %		
Quantidade de ações/quotas possuídas:		ações:	ações:	ações:	ações:		
31.12.2015	1	567.819	100.000	3.301	9.766.014		
31.12.2014	1	567.819	100.000	3.301	9.766.014		

- a) Os valores correspondentes à participação da controladora no passivo a descoberto desses investimentos encontram-se registrados no passivo não circulante, na rubrica “Outros”, nos montante de R\$3.727 (Log.Star) em de 2015 e em 2014.

Nota:

O investimento que a Companhia detinha na controlada Lajes Logística S.A. – alienado em novembro de 2013 -, lhe garante certos direitos contratuais em face da alienação, tais como:

Obrigações adicionais – Conforme cláusula quarta do Contrato de Compra e Venda datado de 26 de novembro de 2013, as partes acordaram que, em caso de sucesso na implantação do Terminal Portuário Privativo (TPP) pela adquirente, a Log-In fará jus a um “bônus” de R\$23.500, atrelado a condições comerciais dos serviços de operação portuária do TPP, prestados pela Log-In, pelo prazo de dez (10) anos a contar do início da operação do TPP, observado ainda que a adquirente transportará suas cargas próprias de cabotagem utilizando-se preferencialmente dos serviços ofertados pela Log-In, e que a Log-In por sua vez realizará toda sua operação portuária em Manaus-AM por meio da Lajes Logística S.A., em caso de sucesso na implantação do TPP.

O referido “bônus” será pago em dez parcelas de R\$2.350, a partir da data prevista para o início das operações do TPP, corrigidos “pro rata die”, desde a data do contrato de compra e venda, pelo IGP-M/FGV.

12. IMOBILIZADO E INTANGÍVEIS

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

a) Imobilizado

	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Consolidado		Controladora	
		31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Bens em operação:					
Embarcações	5	708.617	708.617	523.371	523.371
Edificações e Instalações	2% a 10%	123.183	126.624	53.711	59.567
Máquinas e equipamentos	7	66.261	66.219	2.152	2.110
Móveis e utensílios	10	7.657	7.648	4.211	4.202
Equipamentos de processamento de dados	20	29.000	24.894	11.963	8.376
Benfeitorias em imóveis locados de terceiros	10	15.205	5.086	15.205	5.086
Veículos	20	485	485	98	98
Benfeitorias embarcações afretadas terceiros	20	28.565	22.723	28.565	22.723
Outros bens	20	1.230	1.216	676	662
		980.203	963.512	639.952	626.195
Depreciação acumulada		(291.822)	(233.167)	(143.705)	(103.994)
		688.381	730.345	496.247	522.201
Imobilizações em curso		894.212	712.056	867.138	697.659
		1.582.593	1.442.401	1.363.385	1.219.860

b) Movimentação do Imobilizado

Consolidado:

Imobilizado:	Consolidado									
	Embarcações	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Equipamentos de processamento de dados	Veículos	Benfeitorias em embarcações de terceiros	Outros bens	Imobilizações em curso
Saldos em 31.12.2014	708.617	126.624	66.219	7.648	5.086	24.894	485	22.723	1.216	712.056
Adições no período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	198.252
Transferência no período	-	3.717	42	11	2.410	4.106	-	5.796	14	(16.096)
Transferência intercontas	-	(7.755)	-	-	7.709	-	-	46	-	-
Reversão parcial provisão "impairment"	-	597	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixa no período	-	-	-	(2)	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31.12.2015	708.617	123.183	66.261	7.657	15.205	29.000	485	28.565	1.230	894.212

Depreciação acumulada:										
Saldos em 31.12.2014	(139.884)	(27.377)	(39.142)	(3.845)	(2.963)	(12.592)	(346)	(6.150)	(868)	-
Adições no período	(35.431)	(4.646)	(4.473)	(669)	(4.775)	(3.794)	(81)	(4.708)	(79)	-
Transferência intercontas	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31.12.2015	(175.315)	(32.023)	(43.615)	(4.513)	(7.738)	(16.386)	(427)	(10.858)	(947)	-

Controladora:

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

Controladora										
	Embarcações	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Equipamentos de processamento de dados	Veículos	Benfeitorias em embarcações de terceiros	Outros bens	Imobilizações em curso
Imobilizado:										Total
Saldos em 31.12.2014	523.371	59.567	2.110	4.202	5.086	8.376	98	22.723	662	697.659
Adições no período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	182.639
Transferência no período	-	1.302	42	9	2.410	3.587	-	5.796	14	(13.160)
Transferência intercontas	-	(7.755)	-	-	7.709	-	-	46	-	-
Reversão parcial provisão "impairment"	-	597	-	-	-	-	-	-	-	597
Saldos em 31.12.2015	523.371	53.711	2.152	4.211	15.205	11.963	98	28.565	676	867.138
Depreciação acumulada:										
Saldos em 31.12.2014	(74.662)	(11.814)	(1.190)	(1.670)	(2.963)	(4.805)	(97)	(6.150)	(643)	(103.994)
Adições no período	(26.168)	(2.017)	(205)	(414)	(4.775)	(1.396)	(1)	(4.710)	(25)	(39.711)
Transferência intercontas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31.12.2015	(100.830)	(13.831)	(1.395)	(2.084)	(7.738)	(6.201)	(98)	(10.860)	(668)	(143.705)

O principal item das imobilizações em curso na controladora em 2015, no montante de R\$823.157 (em 2014, R\$651.777) corresponde a adiantamentos para construção de quatro navios, sendo três navios porta-contêineres e de um graneleiro que estão em construção pelo Estaleiro Ilha S.A. (EISA). Esses montantes incluem R\$125.946 (em 2014, inclui R\$64.333) referentes a encargos relativos aos financiamentos obtidos para essa construção, que foram capitalizados, originados dos encargos gerados pelo financiamento correspondente (vide nota explicativa 13).

c) Intangíveis

	Taxa de amortização (%)	Consolidado		Controladora	
		31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Sistemas (softwares aplicativos)	20	83.692	67.423	77.577	61.435
Concessões portuárias	4	8.304	8.304	-	-
Marcas e Patentes		5	5	5	5
		92.001	75.732	77.582	61.440
Amortização Acumulada		(57.097)	(45.920)	(51.074)	(41.287)
		34.904	29.812	26.508	20.153
Intangíveis em desenvolvimento		6.098	6.099	3.690	3.690
		41.002	35.911	30.198	23.843

Os saldos de intangíveis em curso referem-se a gastos com desenvolvimento de sistemas.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 a Companhia não identificou indicativos de provisões para perdas a "impairment".

13. FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

Os saldos dos financiamentos e empréstimos em 2015 e em 2014 classificados no passivo circulante e não circulante, bem como as amortizações e os pagamentos vencíveis obedecerão ao escalonamento até o ano de 2034, conforme quadros abaixo:

Consolidado									
Parcelas vencíveis em	Construção de embarcações (a)				Instalações TERCAM, PAULÍNIA e TVV (b)				TOTAL
	Valor Anual		Operações de swap (d)		Capital de giro (c)		Valor Anual		Valor Anual
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015
2015	-	58.982	-	49.699	-	120.014	-	6.849	235.544
2016	43.891	56.429	107.824	42.306	167.645	63.787	7.188	6.510	326.548
2017	43.056	56.429	135.953	60.899	47.092	44.715	3.307	5.824	229.408
2018	43.964	56.429	27.767	3.592	35.675	32.956	3.516	4.304	110.922
2019	92.168	56.429	7.922	3.584	1.622	-	2.142	2.054	103.854
2020	92.168	56.429	-	-	1.622	-	622	-	94.412
2021a 2034	1015.868	634.807	-	-	-	-	3.078	-	1018.946
	<u>1331.115</u>	<u>975.934</u>	<u>279.466</u>	<u>160.080</u>	<u>253.656</u>	<u>261.472</u>	<u>19.853</u>	<u>25.541</u>	<u>1884.090</u>

Controladora									
Parcelas vencíveis em	Construção de embarcações (a)				Instalações TERCAM e PAULÍNIA (b)				TOTAL
	Valor Anual		Operações de swap (d)		Capital de giro (c)		Valor Anual		Valor Anual
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2014
2015	-	58.982	-	28.776	-	120.014	-	3.809	211.581
2016	43.891	56.429	68.670	21.964	164.993	63.787	4.085	3.719	281.639
2017	43.056	56.429	108.510	58.259	45.498	44.715	622	3.033	197.686
2018	43.964	56.429	27.767	3.592	34.052	32.956	622	1.571	106.405
2019	92.168	56.429	7.922	3.584	-	-	622	787	100.712
2020	92.168	56.429	-	-	-	-	622	-	92.790
2021a 2034	1015.868	634.807	-	-	-	-	3.078	-	1018.946
	<u>1331.115</u>	<u>975.934</u>	<u>212.869</u>	<u>116.175</u>	<u>244.543</u>	<u>261.472</u>	<u>9.651</u>	<u>12.919</u>	<u>1798.178</u>

Em 2015 e em 2014, os financiamentos estão classificados no passivo conforme segue, após a reclassificação dos montantes de R\$1.299.889 no consolidado e R\$1.292.790 na controladora, em face do efeito do CPC 26, item 74, mencionado na Nota 13.1):

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Passivo circulante	1.626.437	235.544	1.574.429	211.581
Passivo não circulante	257.653	1.187.483	223.749	1.154.919
	<u>1.884.090</u>	<u>1.423.027</u>	<u>1.798.178</u>	<u>1.366.500</u>

O quadro abaixo apresenta a movimentação desses empréstimos em 31 de dezembro de 2015.

Empréstimos e financiamentos	Saldo em		Encargos financeiros		Amortização		Saldo em
	31.12.2014	Adição	Capitalizado	Resultado	Principal	Encargos	
Construção de embarcações (FMM/BNDES)-(a), (*)	975.934	116.088	59.767	286.650	(59.081)	(48.243)	1.331.115
Investimentos em terminais portuários (FMM/BNDES)-(b)	25.541	-	-	2.841	(6.655)	(1.874)	19.853
Capital de giro (Santander, Alfa e BB)-(c)	261.472	184.036	-	39.863	(209.954)	(21.761)	253.656
Operação de Swap-(d)	160.080	150.504	-	41.123	(64.726)	(7.515)	279.466
	<u>1.423.027</u>	<u>450.628</u>	<u>59.767</u>	<u>370.477</u>	<u>(340.416)</u>	<u>(79.393)</u>	<u>1.884.090</u>

Nota(*): Encargos financeiros, resultado, inclui R\$261.338 de variação cambial, dos quais R\$122.936 decorrente do efeito CPC 20.

Empréstimos e financiamentos	Saldo em		Encargos financeiros		Amortização		Saldo em
	31.12.2014	Adição	Capitalizado	Resultado	Principal	Encargos	
Construção de embarcações (FMM/BNDES)-(a), (*)	975.934	116.088	59.767	286.650	(59.081)	(48.243)	1.331.115
Investimentos em terminais portuários (FMM/BNDES)-(b)	12.919	-	-	1.543	(3.898)	(913)	9.651
Capital de giro (Santander, Alfa e BB)-(c)	261.472	174.252	-	39.520	(208.954)	(21.747)	244.543
Operação de Swap-(d)	116.175	130.504	-	28.479	(54.430)	(7.859)	212.869
	<u>1.366.500</u>	<u>420.844</u>	<u>59.767</u>	<u>356.192</u>	<u>(326.363)</u>	<u>(78.762)</u>	<u>1.798.178</u>

Nota(*): Encargos financeiros, resultado, inclui R\$261.338 de variação cambial, dos quais R\$122.936 decorrente do efeito CPC 20.

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

Os financiamentos e empréstimos referem-se a recursos obtidos junto ao Fundo da Marinha Mercante (FMM), através de repasse de seu agente financeiro Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como junto a outras instituições financeiras, para as seguintes finalidades:

a) Construção de embarcações (FMM/BNDES)

Construção de sete navios (cinco porta-containers e dois graneleiros) junto ao Estaleiro Ilha S.A. (EISA), divididos em dois subcréditos (Subcrédito “A” e Subcrédito “B”), cuja linha de crédito é da ordem de R\$927.142, composto por R\$625.209 referente porta-containers e R\$301.933 para graneleiros. Os contratos pactuados com o BNDES datam de 26 de maio de 2008 (porta-containers) e de 8 de dezembro de 2009 (graneleiros). Para determinação dos saldos devedores os Subcréditos “A” e “B” são atualizados pela TJLP e pela variação do dólar norte-americano (porta-container) e os Subcréditos relativos aos graneleiros pela variação do dólar norte-americano, respectivamente, ambos acrescidos de juros de 2,5% ao ano. As embarcações (cascos 504, 505 e 509) construídas, e já em operação, e as em construção (cascos 506, 507, 508 e 510) estão gravadas como garantia dos financiamentos, com cláusula de hipoteca de primeiro grau.

Em 31 de dezembro de 2015, os Subcréditos relativos aos navios em construção (Cascos 506, 507, 508 e 510) foram repactuados com o BNDES no tocante ao valor das amortizações, com redução de 95% (noventa e cinco por cento) do valor de cada parcela mensal para o período de outubro de 2015 a dezembro de 2018, bem como em relação às taxas de juros, as quais passaram de 2,5% a.a. para 3,88% a.a., permanecendo inalterado as demais condições contratuais relacionadas aos referidos Cascos. Com essa repactuação, aproximadamente R\$ 270.000 dos financiamentos relativos aos referidos Cascos com vencimentos previstos de outubro de 2015 a dezembro de 2018 foram deslocados para um período compreendido entre 2019 e 2034.

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

Segue abaixo quadro resumo dos saldos dos recursos já liberados (acrescido de encargos decorridos):

Órgão Financiador: Fundo da Marinha Mercante (FMM):	Vencimento da última prestação	Carência:	Consolidado e Controladora	
			31.12.2015	31.12.2014
Casco EI-504-Subcrédito A	Jun/2031	37 meses	80.214	85.285
Casco EI-504-Subcrédito A-Suplementar	Jun/2031	37 meses	7.467	7.940
Casco EI-505-Subcrédito A	Set/2030	37 meses	78.301	83.518
Casco EI-505-Subcrédito A-Suplementar	Set/2030	37 meses	7.343	7.833
Casco EI-506-Subcrédito A	Mar/2032	39 meses	86.343	87.838
Casco EI-506-Subcréditos A12aA4-Suplementares	Mar/2032	39 meses	11.728	-
Casco EI-507-Subcrédito A	Out/2033	21 meses	48.663	49.243
Casco EI-507-Subcréditos A1aA4-Suplementares	Out/2033	21 meses	36.571	6.806
Casco EI-508-Subcrédito A	Abr/2034	21 meses	38.050	38.467
Casco EI-508-Subcréditos A1aA5-Suplementares	Abr/2034	21 meses	35.919	13.831
Valores indexados à TJLP			430.599	380.761
Casco EI-504-Subcrédito B	Jun/2031	37 meses	65.067	47.117
Casco EI-504-Subcrédito B-Suplementar	Jun/2031	37 meses	5.741	4.157
Casco EI-505-Subcrédito B	Set/2030	37 meses	64.533	46.874
Casco EI-505-Subcrédito B-Suplementar	Set/2030	37 meses	5.609	4.074
Casco EI-506-Subcrédito B	Mar/2032	39 meses	68.861	48.456
Casco EI-506-Subcréditos B12aB4-Suplementares	Mar/2032	39 meses	5.777	-
Casco EI-507-Subcrédito B	Out/2033	21 meses	35.289	24.719
Casco EI-507-Subcréditos B1aB4-Suplementares	Out/2033	21 meses	39.417	3.158
Casco EI-508-Subcrédito B	Abr/2034	21 meses	25.486	17.835
Casco EI-508-Subcréditos B1aB5-Suplementares	Abr/2034	21 meses	23.088	6.266
Casco EI-509-Subcrédito A	Jun/2032	28 meses	190.879	137.712
Casco EI-509-Subcrédito B	Jun/2032	28 meses	88.664	63.968
Casco EI-510-Subcrédito A	Ago/2032	31 meses	183.603	129.057
Casco EI-510-Subcrédito B e Suplementar	Ago/2032	31 meses	98.502	61.780
Valores indexados à US\$			900.516	595.173
TOTAL			1.331.115	975.934

Nos financiamentos contratados junto ao Fundo da Marinha Mercante a Log-In se obriga a manter um índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) mínimo, calculado ao final de cada exercício, não inferior a um patamar mínimo estipulado pelo BNDES, ao longo de todo o prazo dos contratos, cujo índice é apurado pela fórmula $ICD = \frac{EBITDA - (IR + CSLL + \text{Variação Capital de Giro})}{\text{Serviço da Dívida do Exercício}}$. Até o último período de cálculo (dezembro de 2014), a Companhia está em conformidade com as coberturas financeiras requeridas; em dezembro de 2015, a Companhia não atingiu a cobertura mínima.

13.1 Financiamentos e empréstimos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social – reclassificação de parcela de longo prazo para o curto prazo

Os saldos dos financiamentos e empréstimos relativos aos financiamentos para construção de embarcações classificados no curto e longo prazo totalizam R\$1.350.968 no consolidado e R\$1.340.766 na controladora. Esses recursos foram tomados e aplicados para construção de sete embarcações contratadas junto ao Estaleiro Ilha S.A., das quais quatro já foram entregues e estão em operação.

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

A movimentação desses financiamentos e empréstimos no exercício de 2015 segue conforme abaixo (consolidado):

Saldo em 31.12.2014	1.001.475
Liberações de recursos pelo BNDES/FMM	116.088
Encargos financeiros capitalizados (navios em construção)	59.767
Encargos financeiros apropriados	289.491
Amortização de principal e encargos	(115.853)
Saldo em 31.12.2015	<u>1.350.968</u>

Em consequência da depreciação do "Real" frente à moeda norte-americana, nos dois últimos exercícios foi adicionado ao saldo desses financiamentos e empréstimos o montante de R\$331.019 de encargos de variação cambial (R\$261.338 em 2015 e R\$69.681 em 2014), e de R\$471.034 nos últimos cinco anos.

Os efeitos cambiais mencionados acima impactaram na medição do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ISCD) mínimo, no exercício de 2015, o qual é calculado ao final de cada exercício, não inferior a 1,3, ao longo de todo o prazo dos contratos (ISCD = EBITDA – (IR+CSLL+Variação Capital de Giro)/Serviço da Dívida do Exercício). Adicionalmente, a partir da assinatura do primeiro aditivo ao contrato de financiamento junto ao BNDES, a Companhia deve observar também um índice de capitalização (patrimônio líquido/ativo total) maior ou igual a 25%.

Até o último período de cálculo (dezembro de 2014), a Companhia atendeu ao limite mínimo de ISCD; contudo, em 31 de dezembro de 2015, a Log-In não atingiu as coberturas mínimas, e, como consequência, os financiamentos e empréstimos de longo prazo relativos aos contratos de construção dos navios, no montante de R\$1.287.224 foram reclassificados para o curto prazo, bem como os saldos dos financiamentos de longo prazo dos terminais, em atendimento ao disposto no parágrafo 74 do CPC 26. Como mencionado na Nota 1, até 31 de dezembro de 2015 e até a data de conclusão destas demonstrações financeiras, todas as parcelas de financiamentos e empréstimos de curto prazo vem sendo liquidadas nos seus respectivos vencimentos, bem como não foi declarado pelo BNDES o vencimento antecipado da dívida em função do não atendimento das referidas cláusulas restritivas do contrato de financiamento.

b) Investimento em terminais portuários (BNDES)

Esses contratos de financiamentos de abertura de crédito tem as seguintes características:

b.1 – TERCAM

SUBCRÉDITO	VALOR	ENCARGOS	PRAZO	FINALIDADE (AMPLIAÇÃO DO TERCAM)
Subcrédito "A"	12.498	TJLP+1,4%	8 anos	1ª Fase do Projeto: construção de 9.000m² do novo armazém, instalações, arruamento interno e parte da expansão do pátio de contêineres (recursos totalmente liberados);

Em 2015 o saldo deste financiamento totaliza R\$5.537 (R\$7.072 em 2014). Esse contrato de crédito tem garantia fidejussória de carta de fiança bancária, até sua liquidação final.

b.2) Terminal de Paulínia/SP

SUBCRÉDITO	VALOR	ENCARGOS	PRAZO	FINALIDADE
Subcrédito "A"	8.000	TJLP+4,30%a.a	60 meses	Consiste na construção de um centro de distribuição localizado em Paulínia/SP.
Subcrédito "B"	2.000	TJLP+3,30%a.a	60 meses	Idem, idem.

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

Em 2015 o saldo deste financiamento totaliza R\$4.114 (R\$5.847 em 2014); a periodicidade de pagamento do principal é mensal e a dos juros trimestralmente. A amortização do principal teve início a partir de 12 de setembro de 2012, enquanto que a amortização dos teve início a partir de 15 de novembro de 2011.

b.3) Terminal de Vila Velha

SUBCRÉDITO	VALOR	ENCARGOS	PRAZO	FINALIDADE (AQUISIÇÃO DE)
Subcréditos "A, B,C,D,E"	7.101	Cesta IPCA+3,0% a.a.	8 anos	Equipamentos importados (recursos parcialmente liberados).
Subcrédito "F"	15.365	TJLP+1,4% a.a.	8 anos	Obras civis (recursos totalmente liberados).

Em 2015 o saldo deste financiamento totaliza R\$10.202 (R\$12.622 em 2014). Esse contrato de crédito tem garantia fidejussória de carta de fiança bancária, até sua liquidação final.

c) Capital de giro e investimentos correntes

Contrato de abertura de crédito (capital de giro e investimentos correntes) é composto conforme quadro abaixo:

Abertura de crédito	Vencimento	Consolidado		Controladora	
		31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Banco Alfa de Investimentos S.A.	Mar/2016	21.085	53.168	21.085	53.168
Banco Santander Brasil S.A. (NC-E)	Abr/2016	-	25.025	-	25.025
Banco Santander Brasil S.A.	Jun/2015	-	5.220	-	5.220
Banco BIC S.A.	Ago/2016	14.918	-	14.918	-
Banco ABC S.A.	Out/2016	7.923	15.017	7.923	15.017
Banco BBM S.A. (NC-E)	Nov/2016	18.655	-	18.655	-
Banco Fibra S.A.	Jan/2017	10.122	-	10.122	-
Banco Safra S.A. (NC-E)	Mar/2017	9.426	10.008	9.426	10.008
Banco Original S.A.	Jul/2017	19.860	-	19.860	-
Banco Safra S.A. (NC-E)	Mar/2018	7.688	-	7.688	-
Banco do Brasil S.A. (NC-C)	Out/2019	129.113	150.529	129.113	150.529
Deutsche Leasing	Nov/2020	8.113	-	-	-
Outros (*)	Jul/2017	6.753	2.505	5.753	2.505
		<u>253.656</u>	<u>261.472</u>	<u>244.543</u>	<u>261.472</u>

Nota: (*) Vencimentos variando de Mar/2016 a Jan/2017.

Sobre essas linhas de créditos, bem como sobre os empréstimos referenciados à NC-E (Nota de Crédito de Exportação) incidem encargos financeiros pela taxa do CDI, em média, de 118,6%..

d) Operação de Swap

O quadro abaixo apresenta resumidamente os valores captados pela Companhia junto às instituições financeiras o montante dos créditos em Cédula de Crédito Bancário – Repasse de Recursos Captados no Exterior, via Resolução 4.131/62, na modalidade de derivativos tipo “swap”, com o objetivo de mitigar os riscos das operações de empréstimos contratados em dólar norte-americano indexados à variação do CDI. Essas operações geraram despesas de juros e variação cambial no montante de R\$41.123 no Consolidado e de R\$28.480 na Controladora no decorrer do exercício de 2015, e de R\$15.866 no Consolidado e de R\$9.668 na Controladora no decorrer do exercício de 2014, líquidos do valor do ganho compensado na operação de “swap”, conforme detalhado na nota 20.5. Nessa operação, não há incidência do IOF. Os encargos desses empréstimos captados estão indexados à taxa de mercado.

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

O quadro abaixo mostra a composição dessa operação em 31 de dezembro de 2015:

OPERAÇÕES 4.131 (Swap) - MODALIDADE DE DERIVATIVOS TIPO "SWAP"

Instituição financeira	Data inicial da operação	Valor contratado		Saldos em	
		em R\$	Equivalentes em US\$	31.12.2015	Encargos 31.12.2015
Banco do Brasil S.A. (a)	13.09.2011	82.244	38.000	44.630	6.441
Banco Itaú S.A.(b)	23.08.2013	105.575	42.184	75.081	15.589
Banco HSBC Bank Brasil S.A.	20.02.2015	67.125	30.000	61.930	8.812
Banco Votorantim S.A.	12.01.2015	20.000	7.524	20.166	2.012
Banco Santander S.A.	06.04.2015	75.000	24.035	77.659	8.269
		<u>349.944</u>	<u>141.743</u>	<u>279.466</u>	<u>41.123</u>

(a) Datas efetivas: 13.09.2011; 30.12.2014 e 23.02.2015

(b) Datas efetivas: 23.08.2013; 20.02.2015; 23.12.2013 e 28.01.2014

Instituição financeira	Data da operação	Valor contratado		Saldos em	
		em R\$	Equivalentes em US\$	31.12.2015	Encargos 31.12.2015
Banco do Brasil S.A. (a)	13.09.2011	82.244	38.000	44.630	6.441
Banco Itaú S.A.(b)	23.08.2013	55.561	21.000	28.650	4.958
Banco HSBC Bank Brasil S.A.	20.02.2015	67.125	30.000	61.930	8.812
Banco Santander S.A.	06.04.2015	75.000	24.035	77.659	8.269
		<u>279.930</u>	<u>113.035</u>	<u>212.869</u>	<u>28.480</u>

(a) Datas efetivas: 13.09.2011; 30.12.2014 e 23.02.2015

(b) Datas efetivas: 23.08.2013 e 20.02.2015

Esses empréstimos-pontes tomados via “capital de giro” e em “operações de swap” visam suprir os descasamentos de fluxos de caixa entre as solicitações e as liberações dos recursos via Fundo da Marinha Mercante (FMM), no que diz respeito aos financiamentos contratados em vigor para as sete embarcações, junto ao Estaleiro Ilha S.A. (EISA), bem como financiar investimentos correntes da Companhia.

e) Garantias

Em reunião realizada em 20 de dezembro de 2013, o Conselho de Administração autorizou a Companhia a conceder garantias a títulos de crédito de fornecedores por serviços e materiais adquiridos em contratos de longo prazo, até o limite de R\$140.000. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo residual dessa garantia está em torno de R\$28.700

14. FORNECEDORES

Os valores componentes de contas a pagar a fornecedores tem os seguintes prazos de pagamentos (*aging list*):

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Passivo circulante				
Valores a vencer:				
De 0 a 30 dias	103.875	85.975	88.377	71.877
De 31 a 90 dias	2.580	8.593	2.544	8.251
De 91 a 180 dias	7.246	150	7.138	42
De 181 a 360 dias	963	216	747	-
	<u>114.664</u>	<u>94.934</u>	<u>98.806</u>	<u>80.170</u>
Passivo não circulante	<u>754</u>	<u>1.186</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

15. PROVISÕES OPERACIONAIS

As provisões operacionais constituídas pela Companhia referem-se às estimativas de gastos e são compostas basicamente por provisões para despesas portuárias (navegação), rodoviárias e outros gastos. Essas provisões estão classificadas no passivo circulante e no não circulante e tem a seguinte composição:

Passivo circulante:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Provisões operacionais para:				
Gastos marítimos com transportes granel e containers	23.559	15.369	23.559	15.369
Gastos marítimos com transportes veículos Mercosul	22.994	8.361	22.994	8.361
Gastos rodoviários	2.583	4.756	2.583	4.756
Gastos administrativos	1.626	1.664	1.626	1.664
Outros gastos operacionais	952	1.393	420	861
	<u>51.714</u>	<u>31.543</u>	<u>51.182</u>	<u>31.011</u>

Passivo não circulante:

Provisão para outros gastos	<u>143</u>	<u>1.246</u>	<u>143</u>	<u>1.246</u>
-----------------------------	------------	--------------	------------	--------------

16. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia e suas controladas provisionaram ações judiciais e administrativas de natureza trabalhista, cível e fiscal, classificadas no passivo não circulante, consideradas pela Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, como suficiente para cobrir prováveis perdas. Essas contingências são compostas conforme abaixo.

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
	Provisão para	Provisão para	Provisão para	Provisão para
	riscos	riscos	riscos	riscos
Trabalhistas	15.920	15.632	6.851	8.866
Trabalhistas-responsabilidade solidária	15.399	11.194	-	-
Tributárias	542	288	233	147
Cíveis e outras	859	572	774	500
	<u>32.720</u>	<u>27.686</u>	<u>7.858</u>	<u>9.513</u>

Reclamações trabalhistas – consistem principalmente em reclamações de empregados por: (i) pagamento de horas extras, (ii) pagamentos adicionais por alegações de insalubridade em condições de trabalhos e (iii) outros assuntos, frequentemente conectados com disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.

O montante de reclamações trabalhistas acima, no valor de R\$15.399 em 2015 (R\$11.194 em 2014), reconhecido nos registros contábeis da controlada TVV-Terminal de Vila Velha S.A., refere-se a contingências trabalhistas com prognósticos de perdas prováveis registrados ao final do exercício, por conta de prováveis desembolsos com obrigações contingenciais de responsabilidade da VALE S.A. (vide Nota 7), amparado por interpretação do Acordo de Indenização pactuado entre a Log-In Logística Intermodal S.A. e suas controladas e a VALE, datado de 23 de março de 2007. A Companhia e ou suas controladas poderá ingressar no juízo competente com as medidas necessárias para assegurar os seus créditos.

Tributárias – abrangem principalmente: (i) tributos preteridos na transferência de bens e (ii) nas mudanças na base de cálculo de contribuições para o PIS e a COFINS.

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

Cíveis e outras – abrangem principalmente demandas relacionadas a acidentes, ações indenizatórias e outras. A Companhia poderá ingressar no juízo competente com as medidas necessárias para assegurar o seu crédito e/ou de suas controladas.

No decorrer do exercício de 2015 estas contingências tiveram a seguinte movimentação, face principalmente a processos de responsabilidade exclusiva da VALE sem custas para a Companhia, bem como outras baixas por mudança de prognóstico e revisão de valor de processo.

							Consolidado
Descrição	Saldo em	Movimentação no período					Saldo em
	31.12.2014	Adição	Reversão	Juros+CM	Transferência	Pagamento	31.12.2015
Reclamações trabalhistas	26.826	10.578	(11.534)	1.236	4.236	(23)	31.319
Tributárias	288	219	-	103	(68)	-	542
Cíveis	572	34	(121)	306	68	-	859
	<u>27.686</u>	<u>10.831</u>	<u>(11.655)</u>	<u>1.645</u>	<u>4.236</u>	<u>(23)</u>	<u>32.720</u>
DRE			<u>824</u>	<u>(1.645)</u>			

							Controladora
Descrição	Saldo em	Movimentação no período					Saldo em
	31.12.2014	Adição	Reversão	Juros+CM	Transferência	Pagamento	31.12.2015
Reclamações trabalhistas	8.866	4.170	(6.811)	625	1	-	6.851
Tributárias	147	52	-	34	-	-	233
Cíveis	500	32	(29)	271	-	-	774
	<u>9.513</u>	<u>4.254</u>	<u>(6.840)</u>	<u>930</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>7.858</u>
DRE			<u>2.586</u>	<u>(930)</u>			

A Companhia continua perseguindo seus interesses em todas as ações acima, e constitui provisão para os processos considerados como perdas prováveis.

Em 23 de março de 2007, a Companhia firmou com a Vale S.A. um acordo de indenização, através do qual a VALE se comprometeu a indenizar a Log-In e suas controladas, por toda e qualquer perda, prejuízo, danos, custos, despesas e outras obrigações de caráter pecuniário, que a Companhia venha a sofrer em decorrência de decisão transitada em julgado dos processos judiciais, administrativos ou arbitragens dos quais a Companhia é ou será parte e cujo fato gerador tenha ocorrido antes da publicação do Anúncio de Encerramento da oferta pública de ações. O saldo dessas contingências totalizam R\$17.079 em 2014 e R\$12.737 em 2014, no consolidado.

Adicionalmente às provisões registradas existem outros passivos contingentes em 2015 no montante de R\$101.779 na controladora e R\$154.431 no consolidado (em 2014 - R\$128.909 na controladora e R\$165.106 no consolidado), com perdas consideradas possíveis, para os quais, com base nos prognósticos dos advogados, não há provisão constituída. Os principais processos classificados como possíveis são de natureza tributária (R\$83.868) e trabalhista (R\$65.559), consolidados. Dentre o montante de R\$154.431 acima, R\$45.932 estão sob o acordo de indenização mencionado no parágrafo anterior, composto por R\$28.273 mil de natureza tributária, R\$17.111 de natureza trabalhista e R\$548 de causas cíveis.

A Companhia e suas controladas possuem, ainda, depósitos judiciais correlacionados às contingências provisionadas. Os depósitos judiciais foram efetuados de acordo com as requisições judiciais, a fim de possibilitar que a Companhia ingresse e/ou continue com as ações legais; são atualizados monetariamente e estão classificados no ativo não circulante até que aconteça a decisão judicial dos resgates dos mesmos pelo reclamante, ou pela Log-In e suas controladas em desfecho favorável a essas entidades.

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

Em 2015 e em 2014, os depósitos judiciais estão assim representados:

Depósitos judiciais	Consolidado		Controladora	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Processos trabalhistas	23.329	21.397	15.784	14.055
Processos tributários	22.398	20.465	22.013	20.107
Processos cíveis e outros	1.554	1.065	1.512	1.027
	47.281	42.927	39.309	35.189
Provisão para perdas estimadas com resgates de depósitos judiciais	(21.182)	(7.879)	(16.116)	(2.919)
	<u>26.099</u>	<u>35.048</u>	<u>23.193</u>	<u>32.270</u>

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 é de R\$600.000, o qual está representado por 85.617.759 ações em circulação e 6.093.861 ações em tesouraria, totalizando 91.711.620 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Durante o exercício de 2015 e no exercício de 2014, não ocorreram alterações no número de ações da Companhia.

Em 2015 e em 2014, o capital social é composto como segue:

Acionista:	31.12.2015		31.12.2014	
	Quantidade de ações e respectivo percentual		Quantidade ações ON e respectivo percentual	
	ON	%	ON	%
Fundação Petrobrás de Seguridade Social-PETROS	11.735.295	12,80	11.735.295	12,80
LAPB Gestão de Recursos Financeiros Ltda.	11.316.900	12,34	-	-
Fama Investimentos Ltda.	8.796.500	9,59	11.832.000	12,90
Arbela Investimentos Ltda.	5.598.900	6,11	-	-
Credit Suisse Hedging - Griffo	-	-	9.542.700	10,41
Fator Administradora de Recursos	-	-	7.146.600	7,79
Onyx Equity Management Gestora de Investimentos Ltda.	-	-	6.586.200	7,18
Cox Capital Management	-	-	4.329.950	4,72
Outros Investidores	48.170.163	52,52	34.445.014	37,56
	<u>85.617.758</u>	<u>93,36</u>	<u>85.617.759</u>	<u>93,36</u>
Ações em tesouraria	6.093.861	6,64	6.093.861	6,64
	<u>91.711.619</u>	<u>100,00</u>	<u>91.711.620</u>	<u>100,00</u>

b) Ações em tesouraria

A Log-In mantém em sua tesouraria 6.093.861 ações ordinárias, que correspondem a 6,64% do total de ações ordinárias nominativas da Companhia. Essas ações foram adquiridas no decorrer do exercício de 2008 ao custo médio ponderado de R\$8,35, por ação.

O valor de mercado das ações em tesouraria, calculado com base na cotação da BMF&BOVESPA de 30 de dezembro de 2015 é de R\$7.374 (R\$20.719 em 30 de dezembro de 2014).

c) Reserva de incentivos de AFRMM

Nos termos do item III do artigo 18 da Lei nº 11.941/2009, combinado com o artigo 195-A da Lei 6.404/2006, alterada pela Lei 11.648/2007, o montante das subvenções para investimento-

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

AFRMM, concedidas pelo Poder Público como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos (no caso da Companhia: construção de embarcações com recursos do FMM), deverá ser mantido em conta de reservas de lucros, apurada até o limite do lucro líquido do exercício. O valor apropriado em reservas de lucros será tributado na forma do lucro real caso seja dada destinação diversa da prevista na legislação (capitalização, manutenção em reservas para investimentos).

O saldo remanescente das subvenções que não for registrado em reservas de lucros em face da limitação do lucro líquido apurado no exercício, esse deverá ocorrer nos exercícios subsequentes.

d) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício e tem por objetivo assegurar a integridade do capital social.

e) Reserva de Investimentos

Esta reserva tem por objetivo cobrir o orçamento de investimentos. Conforme AGO/AGE de 28 de abril de 2014, parte dessa reserva foi capitalizada no exercício de 2014, conforme Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido.

f) Reserva especial

Reserva constituída nos termos do §5º do artigo 202 da Lei 6.404/76. Não sendo absorvida por prejuízo em exercícios subsequentes, os valores originários dessa reserva serão distribuídos como dividendos assim que permitir a situação financeira da Companhia.

g) Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a destinação de 25% do lucro líquido do exercício a título de dividendo mínimo obrigatório, após os ajustes necessários consoantes as determinações legais.

18. PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

Os valores dos prejuízos básicos e diluídos por ação foram calculados conforme segue:

	Controladora	
	31.12.2015	31.12.2014
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas controladores	(375.285)	(84.234)
Prejuízo básico e diluído por ação(a)	(4,38)	(0,98)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do prejuízo básico por ação(*)	85.617.759	85.617.759
(a) Não existem itens ante dilutivos.		

(*) A quantidade de ações no início e no fim do período se manteve a mesma, não havendo movimentação durante os períodos.

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

19. REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES

a) Plano de Matching

Nos termos do Plano de Matching, são elegíveis à premiação os profissionais (diretores e gerentes da Log-In) que atenderem às seguintes condições: i) trabalharem na Companhia durante o ano de vigência do Plano ocupando posições executivas; ii) fizerem jus ao Programa de Participação nos resultados referentes ao ano vigência do Plano; iii) estiverem ativos e trabalhando na Companhia na data da aquisição das ações; e iv) forem posicionados na matriz de Carreira e Sucessão nos quadrantes “adequados” ou “talento”.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de março de 2013, foi aprovado o 6º Plano de Matching para o ciclo 2013/2016, com prazo de adesão em abril de 2013, nas mesmas condições dos Planos anteriores; o 7º e o 8º Planos de Matching, foram aprovados em reunião do Conselho de Administração realizada em abril de 2014 e de 2015, com prazo de adesão em abril de 2014 e de 2015, para os ciclos 2014/2017 e 2015/2018, respectivamente.

Os executivos elegíveis à premiação em ações da Companhia no decorrer do exercício de 2015, cuja quantidade existente em 2015 era de 324.876 ações (144.162 ações em 2014), farão jus, ao final de três anos, ao mesmo número de ações definidas inicialmente, desde que sejam mantidas em sua integralidade sob propriedade dos mesmos em todo o decorrer do período. A liquidação financeira das novas ações será efetuada pela Companhia, sem custo aos executivos.

O plano de remuneração é mensurado periodicamente pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio. O prêmio é pago em dinheiro, ao final de três anos, quando atingido alguns critérios, de acordo com o referido plano. As obrigações do plano são registradas no passivo não circulante em contrapartida ao resultado.

Em 2015 e em 2014, os Programas em vigência são os constantes do quadro abaixo.

31.12.2015					
PROGRAMA	INÍCIO/TÉRMINO	QTDE AÇÕES	PREÇO MÉDIO DA AÇÃO* (R\$)	VALOR TOTAL	TOTAL PROVISIONADO
Programa VI	ABR/13 a MAR/16	18.936	1,1190	21	
Programa VII	ABR/14 a MAR/17	85.765	1,1190	96	
Programa VIII	ABR/15 a MAR/18	220.175	1,1190	246	
		<u>324.876</u>		<u>364</u>	143
31.12.2014					
PROGRAMA	INÍCIO/TÉRMINO	QTDE AÇÕES	PREÇO MÉDIO DA AÇÃO* (R\$)	VALOR TOTAL	TOTAL PROVISIONADO
Programa V	ABR/12 a MAR/15	36.964	3,7733	140	
Programa VI	ABR/13 a MAR/16	20.405	3,7733	77	
Programa VII	ABR/14 a MAR/17	86.793	3,7733	327	
		<u>144.162</u>		<u>544</u>	252

*Preço médio nos exercícios de 2015 e de 2014.

b) Plano de incentivo de longo prazo (ILP)

Plano cujo objetivo é reter os diretores e gerentes, mantê-los engajados e incentivar a “visão de dono”, comprometendo-os com os resultados de médio e longo prazos, reforçando a cultura de desempenho sustentado.

O ILP tem vigência de 4 (quatro) anos, com concessões anuais a serem realizadas de 2016 a 2019. Estão vinculados ao desempenho individual, ou seja, resultados e competências apurados relativos ao ano anterior à concessão, balizados por faixas referenciais em quantidades de ações no nível de cargo.

O lote de ações concedido tem *vesting period* de 3 (três) anos e a parcela efetivamente convertida em ações com posse plena ao participante do plano dependerá do desempenho da

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

Companhia, em termos da cotação das ações na BM&FBOVESPA versus a taxa de CDI do período.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de maio de 2015, foi aprovado esse Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP). O limite máximo de concessão de ações acumulado para a vigência do programa (quatro anos) é de 4,03% sobre o total de ações emitidas pela Companhia.

20. PLANO COMPLEMENTAR DE APOSENTADORIA – Plano Misto Benefício VALE MAIS

A Companhia proporciona a seus empregados benefícios que englobam plano de previdência privada com contribuição definida administrado pela Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social-VALIA.

As contribuições da Companhia ao Plano Vale Mais são como segue:

- a) Contribuição ordinária - Destina-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda, são idênticas à contribuição dos participantes e limita-se a 9% dos seus salários de participação, no que exceder a dez unidades de referência do plano (R\$3.462,29 em 2015 e R\$3.426,29 em 2014).
- b) Contribuição extraordinária - Pode ser realizada a qualquer tempo, a critério das patrocinadoras.
- c) Contribuição normal - Para custeio do plano de risco e das despesas administrativas, fixadas pelo atuário quando da elaboração das avaliações atuariais.
- d) Contribuição Especial - Destinada a cobrir qualquer compromisso especial porventura existente.

Os participantes efetuam contribuições mensais para o Plano VALE MAIS que variam entre 1% a 18% do salário de participação, e as contribuições da Companhia são equivalentes às dos participantes limitadas, porém, a 9% do salário de participação. O montante das contribuições feitas pela Companhia durante o exercício de 2015, apropriadas no resultado do exercício, foi de R\$2.649 (consolidado R\$3.314). No exercício de 2014 foi de R\$2.208 (consolidado: R\$2.881).

21. COBERTURA DE SEGUROS

As coberturas de seguros são determinadas e contratadas em bases técnicas, consideradas pela Administração como sendo suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado.

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

As modalidades / riscos contratados e as respectivas coberturas estão assim relacionadas:

	31.12.2015	
	Consolidado	Controladora
P & I (Protection and Indemnity) - danos ambientais	3.904.200	3.904.200
Riscos operacionais e containers arrendados (*)	136.647	136.647
Casco e máquinas (embarcações afretadas a casco nu)	1.217.622	1.217.622
Responsabilidade civil (operador portuário / logístico) (*)	66.405	66.405
Lucros cessantes	60.049	-
D&O (Responsabilidade civil diretores e gestores)	70.000	70.000
Shipowners Liability (SOL)	19.521	19.521
Responsabilidade civil (operador portuário / logístico-empregador) (*)	101.509	101.509
Responsabilidade civil (operador portuário / logístico-danos morais) (*)	1.952	1.952
Seguro fiança judicial	14.830	14.830
Transporte - RCTR-C	3.000	3.000
Transporte - RCF-DC	3.000	3.000
Estagiários - Capital Uniforme*	14.000	14.000

Diretores - 20 vezes o salário limitado**

mínimo de R\$ 708 mil e ao
máximo de R\$ 1.749 mil

mínimo de R\$ 708 mil e ao
máximo de R\$ 1.749 mil

Funcionários - 20 vezes o salário limitado**

mínimo de R\$ 5 mil e ao
máximo de R\$ 420 mil

mínimo de R\$ 5 mil e ao
máximo de R\$ 420 mil

*Para cada apólice de seguro, existe um limite único para os terminais.

**As garantias de Morte e Morte Acidental se acumulam.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

22.1) Categoria de instrumentos financeiros

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Ativos financeiros:				
Empréstimos e recebíveis:				
Caixa e equivalentes de caixa	25.598	15.360	18.653	6.742
Contas a receber de clientes e de partes relacionadas	161.863	179.903	134.290	153.425
Fundo da Marinha Mercante-AFRMM	179.816	168.141	179.816	168.141
Seguros a receber	972	1.704	896	1.337
Outros	344	1.252	331	1.239
	<u>368.593</u>	<u>366.360</u>	<u>333.986</u>	<u>330.884</u>
Derivativos ao valor justo por meio do resultado:				
Operação- <i>hedge bunker</i>	-	-	-	-
	<u>368.593</u>	<u>366.360</u>	<u>333.986</u>	<u>330.884</u>
Passivos financeiros:				
Empréstimos e recebíveis:				
Fornecedores	114.664	96.120	98.806	80.170
Partes relacionadas	-	-	29.632	30.840
Financiamentos e empréstimos	1.604.624	1.262.947	1.585.309	1.250.325
Fundo da Marinha Mercante-AFRMM	-	350	350	350
Concessões portuárias a pagar	6.562	7.154	-	-
	<u>1.725.850</u>	<u>1.366.571</u>	<u>1.714.097</u>	<u>1.361.685</u>
Derivativos ao valor justo por meio do resultado:				
Operação <i>de swap</i>	279.466	160.080	212.869	116.175
Operação- <i>hedge bunker</i>	6.859	18.515	6.859	18.515
	<u>286.325</u>	<u>178.595</u>	<u>219.728</u>	<u>134.690</u>
	<u>2.012.175</u>	<u>1.545.166</u>	<u>1.933.825</u>	<u>1.496.375</u>

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

Segue abaixo a abertura consolidada dos ativos e passivos financeiros por seu valor justo e contábil:

	31.12.2015		Consolidado 31.12.2014	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e recebíveis:				
Caixa e equivalentes de caixa	25.598	25.598	15.360	15.360
Contas a receber de clientes e de partes relacionadas	161.863	161.863	179.903	179.903
Fundo da Marinha Mercante-AFRMM	179.816	179.816	168.141	168.141
Seguros a receber	972	972	1.704	1.704
Outros	344	344	1.252	1.252
	<u>368.593</u>	<u>368.593</u>	<u>366.360</u>	<u>366.360</u>
Derivativos ao valor justo por meio do resultado:				
Operação- <i>hedge bunker</i>	-	-	-	-
	<u>368.593</u>	<u>368.593</u>	<u>366.360</u>	<u>366.360</u>
Passivos financeiros:				
Empréstimos e recebíveis:				
Fornecedores	114.664	114.664	96.120	96.120
Partes relacionadas	-	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	1.604.624	1.604.624	1.262.947	1.262.947
Fundo da Marinha Mercante-AFRMM	-	-	350	350
Concessões portuárias a pagar	6.562	6.562	7.154	7.154
	<u>1.725.850</u>	<u>1.725.850</u>	<u>1.366.571</u>	<u>1.366.571</u>
Derivativos ao valor justo por meio do resultado:				
Operação- <i>hedge bunker</i>	6.859	6.859	18.515	18.515
Operação <i>de swap</i>	279.466	279.466	160.080	160.080
	<u>286.325</u>	<u>286.325</u>	<u>178.595</u>	<u>178.595</u>
	<u>2.012.175</u>	<u>2.012.175</u>	<u>1.545.166</u>	<u>1.545.166</u>

22.2) Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas de inadimplência de contrapartes.

A Companhia adota uma política conservadora de aplicação dos recursos para adequação às condições atuais do mercado financeiro. As aplicações financeiras da Companhia e das suas controladas estão atreladas a títulos privados em bancos elegíveis de recebimentos de recursos conforme a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poors (S&P).

No quadro a seguir, apresentamos os ratings em moeda estrangeira publicados pelas agências Moody's e S&P para as instituições financeiras com as quais tínhamos operações em aberto em 2015 e em 2014:

Instituição Financeira	Ratings	
	S&P	Moody's
Banco do Brasil	Baa3	BB+
Banco Bradesco	Baa3	BB+
Deutsche Bank	A3	BBB+
Itaú Unibanco	Ba1	BB+
Banco Safra	Baa3	BB+
Banco Santander	Baa3	BB+
Pine	BB+	B1
Votorantim	Ba1	BB+

22.3) Gestão de risco

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco abaixo descritos. Para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, a Companhia define metas e diretrizes para o seu gerenciamento, promove e sugere melhorias nos processos de sua avaliação, classifica e define os procedimentos de seu controle.

a) Risco de mercado

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços, porém os mesmos são monitorados pela Companhia, que periodicamente avalia sua exposição e propõe estratégias operacionais, sistema de controle e limites de posição. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Não houve mudança na exposição da Companhia aos riscos de mercado ou na maneira pela qual administra e mensura esses riscos no período social atual.

Os principais riscos de mercado os quais a Companhia está exposta são os seguintes:

b) Risco cambial

A parcela dos financiamentos e operações de *swap* atrelados à moeda externa (Dólar), no montante de R\$1.179.982 (R\$755.253, em 2014), corresponde a 62,6% (53,1% em 2014) da dívida da Companhia; o efeito cambial decorrente é mínimo no vencimento do endividamento no curto e médio e longo prazos.

c) Risco de taxa de juros

Este risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos. A Companhia e suas controladas estão expostas à taxa de juros relacionada à variação da TJLP, cujo financiamento em 2015 é de R\$450.452 (em 2014 é de R\$406.302).

A Companhia, em de 2015 e em 2014, não tem contratado derivativos para fazer *hedge* contra estes índices, entretanto os riscos são monitorados pela Companhia, que periodicamente avalia a sua exposição e propõem as estratégias a serem adotadas.

d) Análise de sensibilidade

Em decorrência do histórico de volatilidade do real diante das moedas estrangeiras e das taxas de juros, a Companhia preparou uma análise de sensibilidade sobre suas dívidas demonstrando os eventuais impactos no exercício de 2015, com base em premissas disponíveis no mercado. As variações consideradas para o cálculo do impacto em 31 de dezembro de 2015 foram as seguintes: dólar 2,66, TJLP 7,0%a.a. e CDI 14,13%a.a..

	Consolidado	Controladora
Em imobilizações em curso, com capitalização de:	(131.634)	(131.634)
.Juros	28.297	28.297
.Variação cambial	(159.931)	(159.931)
No resultado financeiro :	(31.747)	(45.011)
.Juros	107.927	94.663
.Variação cambial	(139.674)	(139.674)

e) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

A Administração da Companhia tem como política a manutenção de níveis de liquidez adequados para que possa garantir o cumprimento de suas obrigações presentes e futuras, bem como o aproveitamento de oportunidades comerciais à medida que surgirem.

O quadro abaixo demonstra análise dos vencimentos para os passivos financeiros, em 31 de dezembro de 2015:

		Consolidado				
	TOTAL	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	115.418	93.708	12.747	8.209	754	-
Financiamentos e empréstimos	1.884.090	27.212	54.425	244.911	631.386	926.156
Concessões portuárias a pagar	6.562	1.186	-	-	1.434	3.942
	<u>2.006.070</u>	<u>122.106</u>	<u>67.172</u>	<u>253.120</u>	<u>633.574</u>	<u>930.098</u>

		Controladora				
	TOTAL	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	98.806	83.678	7.243	7.885	-	-
Partes relacionadas	30.840	3.848	-	-	26.992	-
Financiamentos e empréstimos	1.798.178	23.470	46.940	211.229	590.383	926.156
	<u>1.927.824</u>	<u>110.996</u>	<u>54.183</u>	<u>219.114</u>	<u>617.375</u>	<u>926.156</u>

O quadro abaixo demonstra em detalhes o prazo de vencimento para os ativos financeiros em 31 de dezembro de 2015:

		Consolidado				
	TOTAL	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa e bancos	13.508	13.508	-	-	-	-
Aplicações financeiras	12.090	12.090	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	146.464	128.840	15.275	2.349	-	-
Seguros a receber	972	426	546	-	-	-
Outros	344	-	-	-	344	-
	<u>173.378</u>	<u>154.864</u>	<u>15.821</u>	<u>2.349</u>	<u>344</u>	<u>-</u>

		Controladora				
	TOTAL	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa e bancos	6.838	6.838	-	-	-	-
Aplicações financeiras	11.815	11.815	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	125.560	109.992	14.100	1.468	-	-
Partes relacionadas	8.370	8.370	-	-	-	-
Seguros a receber	896	413	483	-	-	-
Outros	331	-	-	-	331	-
	<u>153.810</u>	<u>137.428</u>	<u>14.583</u>	<u>1.468</u>	<u>331</u>	<u>-</u>

f) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio de otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral permanece inalterada desde 2014.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamentos detalhados na nota explicativa nº 13, deduzidos pelo caixa e equivalente de caixa) e o patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas e participação de não controladores, conforme apresentado na nota explicativa nº 17).

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

g) Risco de crédito

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. A Companhia adota a política de apenas

negociar com clientes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes quando apropriado, como meio de mitigar o risco financeiro. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, através análise de indicadores econômico-financeiros. Também visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, a Administração procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

h) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos

A Companhia procedeu à avaliação dos valores justos de seus principais instrumentos financeiros na data-base 31 de dezembro de 2015 utilizando técnicas usuais de precificação de mercado que consideram julgamento por parte da Administração. Essa avaliação indica que os valores justos se aproximam dos valores contábeis reconhecidos.

Para estimar o valor justo de seus instrumentos financeiros, a Administração utilizou as seguintes premissas:

- Financiamentos, operações de swap e empréstimos – Representam passivos financeiros atualizados com juros estipulados pelo BNDES e outras instituições financeiras, e parte por variação cambial. A Administração da Companhia entende que o valor contabilizado se aproxima de seu valor justo.

i) Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme ICVM nº 475/08

A Companhia apresenta abaixo as informações suplementares sobre os seus instrumentos financeiros que são requeridas pela Instrução CVM nº 475/08, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Em decorrência do histórico de volatilidade do real diante das moedas estrangeiras, dos índices de preço e das taxas de juros, a Companhia preparou uma análise de sensibilidade demonstrando os eventuais impactos. Esta análise considerou um cenário básico projetado para o exercício de 2015 e outros dois levando-se em conta uma variação em relação às premissas básicas de 25% e 50%. O cenário base foi obtido através de premissas disponíveis no mercado e considera as seguintes variações previstas para 31 de dezembro de 2015: dólar 2,66, TJLP 7,0%, e CDI 14,13%a.a.

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação destes cenários na Companhia no exercício de 2015 seriam os seguintes:

	Consolidado		
	Cenário base	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Em imobilizações em curso, com capitalização de:	(131.634)	(42.028)	47.579
.Juros	28.297	32.846	37.396
.Variação cambial	(159.931)	(74.874)	10.183
No resultado financeiro :	(31.747)	67.794	167.334
.Juros	107.927	133.184	158.441
.Variação cambial	(139.674)	(65.390)	8.893

	Controladora		
	Cenário base	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Em imobilizações em curso, com capitalização de:	(131.634)	(42.028)	47.579
.Juros	28.297	32.846	37.396
.Variação cambial	(159.931)	(74.874)	10.183
No resultado financeiro :	(45.011)	51.239	147.487
.Juros	94.663	116.629	138.594
.Variação cambial	(139.674)	(65.390)	8.893

22.4) Derivativos

Conforme norma interna da Companhia, a contratação de operações com derivativos tem como objetivo adequar a exposição da empresa aos riscos relacionados a preços de *commodities*, preços de energia, taxas de juros, moedas, ações e crédito, quando existentes, de forma consistente com o seu planejamento estratégico. As operações contratadas visam constituir uma carteira de derivativos que, em conjunto com os ativos e passivos a serem protegidos, proporcionem uma maior estabilidade ao fluxo de caixa e rentabilidade da empresa frente à volatilidade dos preços e taxas relacionados.

São vedadas pela norma interna da Log-In operações de aposta em tendências, devendo ter como limite máximo de comprometimento o volume dos ativos ou passivos aos quais a Companhia está exposta.

A estratégia das operações com derivativos é periodicamente revisada pela Administração e a contratação de *hedge* aprovada pela mesma.

No decorrer do exercício de 2015, tendo em vista as perspectivas do cenário macroeconômico, a Companhia contratou operações com derivativos através de instrumento a termo de combustível (ativo *bunker*, referência US Gulf Coast Fuel Oil nº 6 3.0%), mais especificamente, se comprometendo com a contraparte, a liquidar a sua posição, dado o preço médio de fechamento do ativo subjacente. Como resultado, caso o preço do *bunker*, na data de liquidação, seja inferior ao estipulado no contrato, haverá ajuste negativo para a Companhia. Se o preço de liquidação estiver mais alto, a perda será realizada pela ponta vendedora. As operações tiveram como objetivo minimizar o risco de eventuais aumentos do preço do combustível utilizado pelas embarcações da Companhia, dado um percentual do volume de combustível previsto a ser consumido pela Log-In, no ano de 2015.

“Platt’s Oilgram Price Report” é a plataforma de referência de negociação do ativo. O preço é variável a cada período de negociação, sendo formado pela média aritmética não

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

ponderada dos preços de referência da *commodity*, calculado de forma mensal, desde a data da contratação, até a data do vencimento da operação. A liquidação financeira se dá até o quinto dia útil do mês subsequente.

Todas as operações de derivativos foram apresentadas no balanço, na rubrica outros ativos circulantes, de acordo com o valor de mercado e os ganhos ou perdas foram devidamente contabilizados no resultado do período.

Os valores de mercado (nível 1) dos instrumentos financeiros derivativos são resumidos a seguir:

Em 31 de dezembro de 2015:

Descrição	Valor de Referência (nacional)		Valor Justo		Efeito acumulado em 31.12.2015 em receitas (despesas) financeiras	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015 Ativo	31.12.2015 Passivo	Valor a receber/recebido	Valor a pagar/pago
Contratos Futuros:						
Compromissos de compra						
Hedge Bunker (1)	R\$ 16.158	R\$ 33.346	-	R\$ 6.949	R\$ 256	(R\$ 16.992)

(1) Referentes a 15.944 t/Jan.2016; 15.585 t/Fev.2016; 16.633 t/Mar.2016; 16.544 t/Abr.2016.

Em 31 de dezembro de 2014:

Descrição	Valor de Referência (nacional)		Valor Justo		Efeito acumulado em 31.12.2014 em receitas (despesas) financeiras	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014 Ativo	31.12.2014 Passivo	Valor a receber/recebido	Valor a pagar/pago
Contratos Futuros:						
Compromissos de compra						
Hedge Bunker (1)	R\$ 33.346	R\$ 24.143	-	R\$ 18.515	R\$ 246	(R\$ 22.581)

(1) Referentes a 5.962 t/Jan.2014; 4.036 t/Fev.2014; 4.156 t/Mar.2014; 4.968 t/Abr.2014 e 4.387 t/Mai.2014.

Na preparação dos quadros, a Administração da Companhia definiu que, para o cenário provável devem ser consideradas as curvas utilizadas para a marcação a mercado dos instrumentos financeiros, válidas em 31 de dezembro de 2015. Estas curvas representam a melhor estimativa para o comportamento futuro dos preços destes e representam o valor pelo qual as posições poderiam ser liquidadas no vencimento.

QUADRO DEMONSTRATIVO DE ANÁLISE DE SENSIBILIDADE - 31 DE DEZEMBRO DE 2015				
OPERAÇÃO	RISCO	CENÁRIO PROVÁVEL	CENÁRIO POSSÍVEL	CENÁRIO REMOTO
Compra futura	Redução preço do bunker	(R\$ 6.859)	(R\$ 9.186)	(R\$ 11.523)

Nos quadros acima estão demonstrados a análise de sensibilidade de todas as posições em aberto em 31 de dezembro de 2015.

Os cenários definidos nesta análise foram:

Cenário provável: foram consideradas as curvas de mercado de 31 de dezembro de 2015.

Cenário possível: com deterioração de 25% do preço do bunker considerando uma redução de 25% nas curvas de mercado de preço de bunker, utilizadas para apuração dos instrumentos no cenário provável, impactando negativamente o valor justo das posições de derivativos.

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

Cenário remoto: com deterioração de 50% do preço do *bunker* considerando uma redução de 50% nas curvas de mercado de preço de *bunker*, utilizadas para apuração dos instrumentos no cenário provável, impactando negativamente o valor justo das posições de derivativos.

Os instrumentos financeiros foram avaliados calculando o seu valor de mercado por meio da utilização das curvas de mercado, em 31 de dezembro de 2015.

As operações de derivativos são realizadas com instituições financeiras de primeira linha. Os limites de exposição às instituições financeiras são aprovados pela Administração. O acompanhamento do risco de crédito das instituições financeiras é feito utilizando uma metodologia definida em norma interna da Log-In. As Instituições com as quais a Companhia tem operações em aberto em 31 de dezembro de 2015 são: Morgan Stanley Capital Group Inc. e Barclays Bank PLC.

22.5) Contratos de *Swap* – Proteção do empréstimo em Dólar com taxa em percentual do CDI

Contratos de *Swap* – com o objetivo de proteção à exposição cambial gerada pelo principal da Cédula de Crédito Bancária – Repasse de Recursos Captados no Exterior, via Resolução 4.131/62 (item d) da nota 13), a Companhia contratou (i) em setembro de 2011 e em 30 de dezembro de 2014 operações de *swap* com pontas ativas em dólar (US\$22,000 e US\$6,000, de valor nominal, respectivamente), à taxa de 4,12%a.a. e de 4,65%, e passivas em CDI, às taxas de 112% e de 110,20%, com vencimento em 18 de agosto de 2015 e em 26 de novembro de 2019, respectivamente; (ii) em 23 de agosto de 2013, operação de *swap* com ponta ativa em dólar (US\$12,000 de valor nominal), à taxa de 4,11%a.a., e passiva em CDI, à taxa de 119%, com vencimento para 23 de agosto de 2016; (iii) em 23 de dezembro de 2013, operação de *swap* com ponta ativa em dólar (US\$15,000 de valor nominal), à taxa de 4,0%a.a., e passiva em CDI, à taxa de 120%, com vencimento para 23 de dezembro de 2016; (iv) em 28 de janeiro de 2014, operação de *swap* com ponta ativa em dólar (US\$6,184 de valor nominal), à taxa de 4,15%a.a., e passiva em CDI, à taxa de 120%, com vencimento para 30 de janeiro de 2017; e (v) em 16 de junho de 2014, operação de *swap* com ponta ativa em dólar (US\$30,000 de valor nominal) à taxa de 3,60%a.a., e passiva em CDI, à taxa de 118,4%, com vencimento para 16 de junho de 2017. O vencimento do principal e a amortização dos juros do empréstimo e *swap* ocorrerão exatamente nas mesmas datas. A Companhia dispõe do direito de liquidar o principal e os encargos financeiros do empréstimo e da operação de *swap*, em base líquida, caso necessário, e fará essas liquidações simultaneamente nos respectivos vencimentos, conforme previsto nos contratos.

Dessa forma o instrumento financeiro e seus respectivos encargos são considerados um único instrumento financeiro sintético e seus efeitos estão apresentados no balanço patrimonial e no resultado financeiro líquido da Companhia, como um único instrumento financeiro, refletindo de forma mais apropriada os montantes e a indicação dos fluxos de caixa futuros, bem como os riscos a que esses fluxos de caixa estarão expostos.

O cálculo de valor de mercado desse instrumento financeiro considera a dívida com encargos financeiros correspondente a uma taxa média de 119,6% do CDI, cujo efeito líquido nas despesas financeiras no exercício de 2015 foi de R\$41.123 no consolidado e de R\$28.480 na controladora (no exercício de 2014 foi de R\$15.866 no Consolidado e de R\$9.668 na Controladora).

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

Os contratos em aberto de *swap* com vencimento em agosto de 2015, em agosto e dezembro de 2016 foram celebrados com contrapartes representadas pelo Banco do Brasil e Banco Itaú e estão assim compostos:

Consolidado								
Descrição	Valor principal		Índice	Taxa média	Valor justo		Perda/Ganho realizado	
	31.12.2015	31.12.2014			31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Contrato de <i>Swap BB</i> (1):								
Ponta ativo								
Posição comprada dólar	60.613	30.621	US\$ +	4,5%	62.061	31.363	-	-
Ponta passiva:								
Taxa pós fixada								
Posição vendida CDI	44.627	25.654	CDI	111,5%	35.013	26.192	(6.441)	(2.199)
Contrato de <i>Swap Itaú</i> (1):								
Ponta ativo								
Posição comprada dólar	95.358	74.513	US\$ +	3,3%	95.544	75.443	-	-
Ponta passiva:								
Taxa pós fixada								
Posição vendida CDI	75.087	68.010	CDI	126,1%	78.611	69.639	(15.590)	(9.404)
Contrato de <i>Swap HSBC</i> (1):								
Ponta ativo								
Posição comprada dólar	107.502	78.551	US\$ +	3,60%	108.519	148.962	-	-
Ponta passiva:								
Taxa pós fixada								
Posição vendida CDI	61.896	66.416	CDI	118,4%	63.905	140.414	(8.812)	(4.263)
Contrato de <i>Swap Votorantim</i> (1):								
Ponta ativo								
Posição comprada dólar	29.447	-	US\$ +	4,9%	30.125	-	-	-
Ponta passiva:								
Taxa pós fixada								
Posição vendida CDI	20.164	-	CDI	130,0%	20.636	-	(2.012)	-
Contrato de <i>Swap Santander</i> (1):								
Ponta ativo								
Posição comprada dólar	94.889		US\$ +	4,7%	97.170	-	-	-
Ponta passiva:								
Taxa pós fixada								
Posição vendida CDI	77.787		CDI	122,0%	80.718	-	(8.268)	

(1) As operações de "sw ap" financeiras consistem na troca da variação cambial por uma correção relacionada a um percentual da variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

Controladora

Descrição	Valor principal		Índice	Taxa média	Valor justo		Perda/Ganho realizado	
	31.12.2015	31.12.2014			31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Contrato de <i>Swap BB</i> (1):								
Ponta ativo								
Posição comprada dólar	60.613	30.621	US\$ +	4,5%	62.061	31.363	-	-
Ponta passiva:								
Taxa pós fixada								
Posição vendida CDI	44.627	25.654	CDI	111,5%	32.013	26.192	(6.441)	(2.199)
Contrato de <i>Swap Itaú</i> (1):								
Ponta ativo								
Posição comprada dólar	37.960	25.878	US\$ +	3,50%	38.391	26.156	-	-
Ponta passiva:								
Taxa pós fixada								
Posição vendida CDI	28.659	24.105	CDI	117,0%	29.245	24.578	(4.959)	(3.206)
Contrato de <i>Swap HSBC</i> (1):								
Ponta ativo								
Posição comprada dólar	107.502	78.551	US\$ +	3,60%	108.519	148.941	-	-
Ponta passiva:								
Taxa pós fixada								
Posição vendida CDI	61.896	66.416	CDI	118,4%	63.905	140.414	(8.812)	(4.263)
Contrato de <i>Swap Santander</i> (1):								
Ponta ativo								
Posição comprada dólar	94.889		US\$ +	4,7%	97.170	-	-	-
Ponta passiva:								
Taxa pós fixada								
Posição vendida CDI	77.787		CDI	122,0%	80.718	-	(8.268)	

(1) As operações de "swap" financeiras consistem na troca da variação cambial por uma correção relacionada a um percentual da variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

O cenário provável considera as taxas futuras do dólar norte-americano, conforme cotações obtidas na BM&FBOVESPA nas datas previstas dos vencimentos dos instrumentos financeiros com exposição ao câmbio. Os cenários possível e remoto consideram uma alta do dólar norte-americano de 25% (R\$4,98/US\$1,00) e de 50% (R\$5,98/US\$1,00), respectivamente. Os cenários provável, possível e remoto estão sendo apresentados em atendimento à Instrução CVM nº 475/08. A Administração utiliza o cenário provável na avaliação das possíveis mudanças na taxa de câmbio e apresenta o referido cenário em atendimento à IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações.

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

A análise de sensibilidade está demonstrada no quadro abaixo:

		Consolidado		
OPERAÇÃO	RISCO	CENÁRIOS		
		PROVÁVEL	POSSÍVEL	REMOTO
Sw ap BB	Alta do dólar	(R\$ 11.063)	(R\$ 13.829)	(R\$ 16.595)
Sw ap Itaú	Alta do dólar	R\$ 3.336	R\$ 4.170	R\$ 5.004
Sw ap HSBC	Alta do dólar	R\$ 1.715	R\$ 2.143	R\$ 2.572
Sw ap Votorantim	Alta do dólar	(R\$ 206)	(R\$ 258)	(R\$ 309)
Sw ap Santander	Alta do dólar	R\$ 650	R\$ 812	R\$ 975

		Controladora		
OPERAÇÃO	RISCO	CENÁRIOS		
		PROVÁVEL	POSSÍVEL	REMOTO
Sw ap BB	Alta do dólar	(R\$ 11.063)	(R\$ 13.829)	(R\$ 16.595)
Sw ap Itaú	Alta do dólar	R\$ 156	R\$ 194	R\$ 233
Sw ap HSBC	Alta do dólar	R\$ 1.715	R\$ 2.143	R\$ 2.572
Sw ap Santander	Alta do dólar	R\$ 650	R\$ 812	R\$ 975

23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Segue abaixo a reconciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida registrada na demonstração do resultado dos exercícios findos em 2015 e em 2014:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Receita operacional bruta	1.175.811	1.096.522	1.015.666	914.077
Receita de fretes:	952.499	858.767	952.499	858.767
Mercado interno	766.718	719.256	766.718	719.256
Mercado externo	185.781	139.511	185.781	139.511
Receita de serviços:	223.312	237.755	63.167	55.310
Mercado interno	120.076	133.121	43.997	38.820
Mercado externo	103.236	104.634	19.170	16.490
Impostos sobre vendas	(121.379)	(122.200)	(108.819)	(106.512)
Receita operacional líquida	1.054.432	974.322	906.847	807.565

24. CUSTO DOS FRETES E SERVIÇOS

Os custos dos fretes e serviços prestados referentes aos exercícios findos em 2015 e em 2014 estão assim representados:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Pessoal e encargos	(75.072)	(64.728)	(48.416)	(40.235)
Benefícios	(22.356)	(19.974)	(14.225)	(12.080)
Material	(12.619)	(11.245)	(8.977)	(7.953)
Óleo combustível e gases	(91.305)	(117.377)	(89.282)	(115.585)
Afretamento, locações e arrendamento :				
.com transportes graneis e containers	(129.322)	(100.509)	(122.119)	(86.761)
.com transportes veículos Mercosul	(114.442)	(94.932)	(114.442)	(94.932)
Serviços contratados	(406.217)	(388.390)	(378.198)	(352.964)
Depreciação e amortização	(57.559)	(52.573)	(37.271)	(33.086)
Outros	(50.965)	(49.072)	(31.492)	(31.547)
	(959.857)	(898.800)	(844.422)	(775.143)

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

25. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS RECONHECIDAS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas receitas (despesas) operacionais reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Administrativas e comerciais - despesas:				
Pessoal, encargos sociais e benefícios	(37.725)	(31.439)	(35.222)	(28.858)
Despesas de depreciação e amortização	(12.274)	(11.935)	(12.227)	(11.881)
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	(605)	(4.749)	1.102	(3.086)
Locações, consultoria, serviços públicos e marketing/comunicação	(8.992)	(8.273)	(8.179)	(7.948)
Serviços contratados e outros	(3.424)	281	(2.605)	1.532
Materiais de consumo	(448)	(184)	(293)	(184)
Provisões para despesas administrativas	(2.175)	(3.626)	(2.175)	(3.626)
	<u>(65.643)</u>	<u>(59.925)</u>	<u>(59.599)</u>	<u>(54.051)</u>
Reversão (constituição) de provisões para contingências	824	(37)	2.586	(5.287)
Receita com subvenção-AFRMM aplicados	35.208	91.646	35.208	91.646
Outras receitas (despesas), líquido	1.077	15.643	(4.705)	564
Participação nos lucros de controladas e coligada	-	-	14.767	39.133
Perda com alienação de participação societária e outras	-	(164)	-	-
	<u>(28.534)</u>	<u>47.163</u>	<u>(11.743)</u>	<u>72.005</u>

26. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	1.711	3.975	1.571	3.414
Ganhos com operações de swap	171.123	40.260	117.977	29.679
Operações com derivativos de hedge bunker	256	228	256	228
Juros e comissões	626	1.346	502	1.321
Juros diferidos sobre alienação de bens	540	649	540	649
Outras	(138)	73	(143)	73
	<u>174.118</u>	<u>46.531</u>	<u>120.703</u>	<u>35.364</u>
Variações monetárias e cambiais	<u>8.997</u>	<u>8.444</u>	<u>5.438</u>	<u>2.974</u>
	<u>183.115</u>	<u>54.975</u>	<u>126.141</u>	<u>38.338</u>
Despesas financeiras:				
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(64.190)	(58.215)	(62.802)	(56.941)
Encargos sobre empréstimos (mútuo) com partes relacionadss	-	-	(4.108)	(3.492)
Imposto sobre operações financeiras-IOF	(2.827)	(2.286)	(2.713)	(2.140)
Juros de contingências (trabalhistas, cíveis e fiscais)	(1.645)	(1.185)	(930)	(1.112)
Operações com derivativos de hedge bunker	(16.992)	(22.581)	(16.992)	(22.581)
Encargos com operações de swap	(95.539)	(31.754)	(58.041)	(21.286)
Juros e comissões	(10.002)	(5.644)	(8.143)	(5.037)
Outras	(1.989)	1.178	(2.046)	(401)
	<u>(193.184)</u>	<u>(120.487)</u>	<u>(155.775)</u>	<u>(112.990)</u>
Variações monetárias e cambiais	<u>(399.553)</u>	<u>(96.001)</u>	<u>(371.285)</u>	<u>(91.016)</u>
	<u>(592.737)</u>	<u>(216.488)</u>	<u>(527.060)</u>	<u>(204.006)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(409.622)</u>	<u>(161.513)</u>	<u>(400.919)</u>	<u>(165.668)</u>
As variações monetárias e cambiais são assim representadas:				
Variações monetárias e cambiais ativas	8.997	8.444	5.438	2.974
Variações monetárias e cambiais passivas	<u>(399.553)</u>	<u>(96.001)</u>	<u>(371.285)</u>	<u>(91.016)</u>
	<u>(390.556)</u>	<u>(87.557)</u>	<u>(365.847)</u>	<u>(88.042)</u>

27. EVENTOS SUBSEQUENTES – Recebimento embarcação navio Tucunaré

A Companhia recebeu do Estaleiro Ilha S.A., em 11 de janeiro de 2016, o navio graneleiro Tucunaré, o quarto da série de sete embarcações contratadas junto àquele estaleiro, o qual será aplicado na operação de transporte de bauxita junto ao cliente Alunorte; seu início de operação está previsto para o início de fevereiro de 2016.

28. OUTRAS INFORMAÇÕES – Recuperação de indébitos de contribuições PIS/CONFINS

A Companhia e sua controlada TVV-Terminal de Vila Velha S.A. vem realizando estudos e análises sobre os efeitos tributários incidentes sobre suas operações, notadamente no que tange aos tributos PIS/COFINS sobre a incidência ou não sobre as receitas de serviços prestados por ambas para pessoas jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior, tanto quanto os prestados diretamente e/ou os prestados indiretamente a essas pessoas jurídicas – Clientes - através de representantes e agentes das mesmas no país, para os últimos dez anos passíveis de recuperação.

- De forma preventiva, e por meio de medidas judiciais (mandado de segurança e ação ordinária), a Companhia e sua controlada buscam a declaração da não incidência das contribuições para o PIS e a COFINS sobre os faturamentos (considerados como exportação de serviços) efetuados contra aquelas pessoas jurídicas residentes ou domiciliados no exterior, e pedido de declaração do direito de compensar o indébito gerado pelos pagamentos (recolhimentos) dos tributos efetuados nos últimos dez anos.

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

- Em consequência das medidas judiciais implementadas (mandado de segurança), em 25 de agosto de 2015, o processo sobre as contribuições da Log-In foi encerrado, com o trânsito em julgado que acolheu a tese da Companhia; a controlada TVV obteve em decisão proferida em 22 de agosto de 2012, seguindo o entendimento majoritário dos tribunais, favorável aos contribuintes, o acolhimento pelo judiciário de seu pedido pelo reconhecimento da não incidência dessas referidas contribuições, permitindo ao mesmo recuperar os valores recolhidos nos períodos de dez (10) anos anteriores ao ajuizamento da ação, e está na aguarda da remessa dos recursos interpostos pela União Federal para análise e julgamento dos tribunais (STF e STJ). Após decisão acerca dos recursos, a Companhia e sua controlada farão jus à sistemática de compensação dos valores recolhidos no período posterior aos anos de 1994 (Log-In) e ao de 1998 (TVV), cujo levantamento inicial consolidado é estimado em cerca de R\$70 milhões atualizados até 31 de dezembro de 2015.

VITAL JORGE LOPES
Diretor-Presidente e de RI

CLEBER CORDEIRO LUCAS
Diretor

MAURICIO TROMPOWSKY COSTA RAMOS
Diretor

GUSTAVO QUARESMA FREITAS
Diretor

MÁRCIO ARANY DA CRUZ MARTINS
Diretor

JOAQUIM SANCHES NETO
Contador - CRC.RJ 035.481/O-6